

OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

ÍNDICE

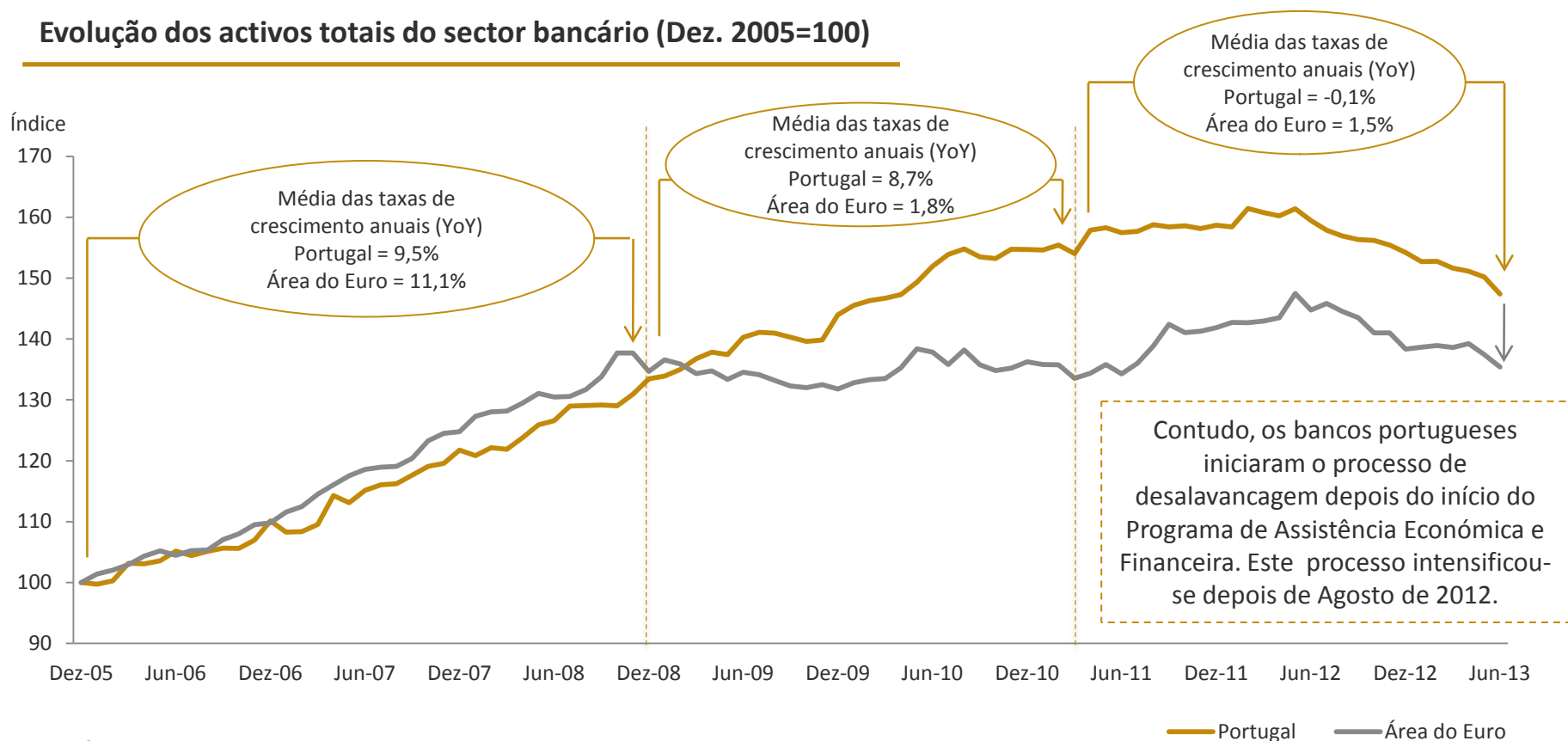
- I. Importância do Sector Bancário na Economia
- II. Actividade de Crédito
- III. Financiamento
- IV. Solvabilidade
- V. Regimes de Recapitalização Pública e de Concessão de Garantias Pessoais pelo Estado a favor das Instituições de Crédito

OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

I. Importância do Sector Bancário na Economia

Contrariamente ao ocorrido na área do Euro, a crise financeira não abrandou o crescimento dos activos totais dos bancos portugueses.

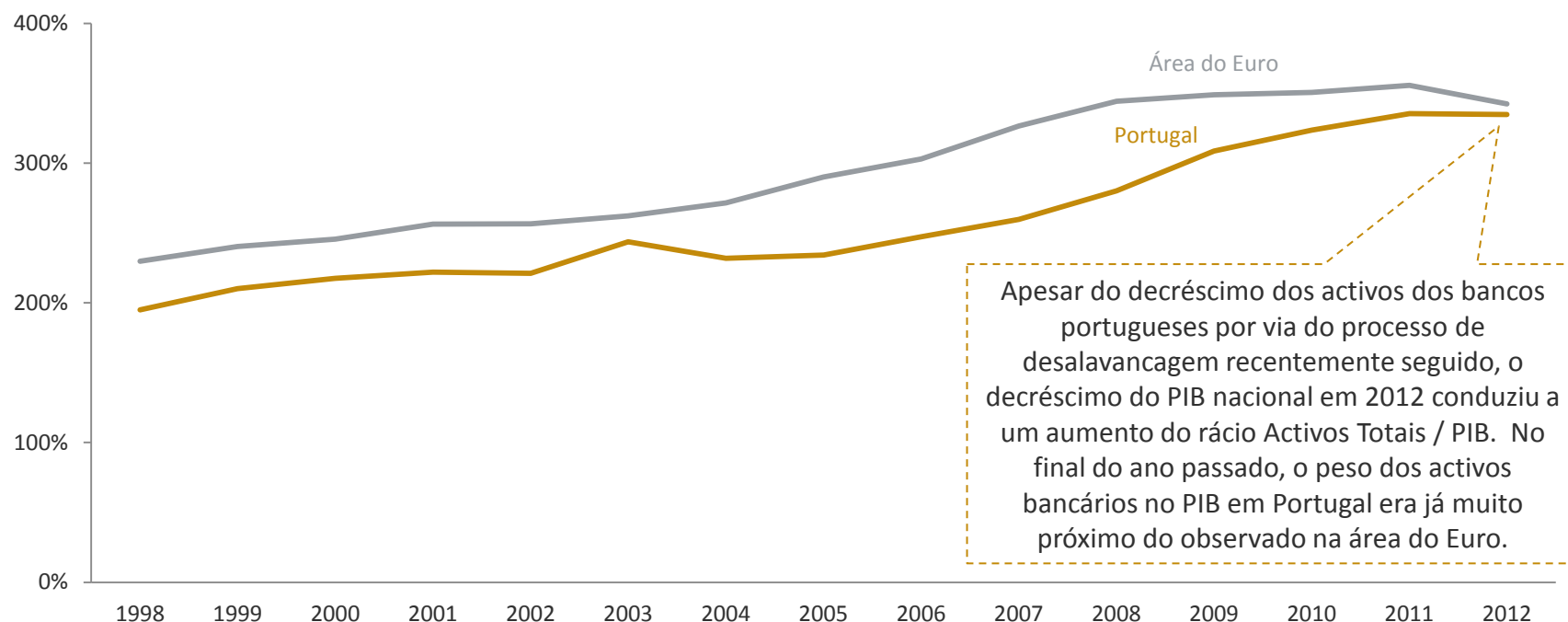
Evolução dos activos totais do sector bancário (Dez. 2005=100)



Fonte: BCE

O sector bancário tem um papel importante na economia portuguesa, no entanto o peso dos seus activos no PIB nacional situa-se abaixo do nível da área do Euro.

Activos totais do sector bancário em proporção do PIB*, em Portugal e na área do Euro

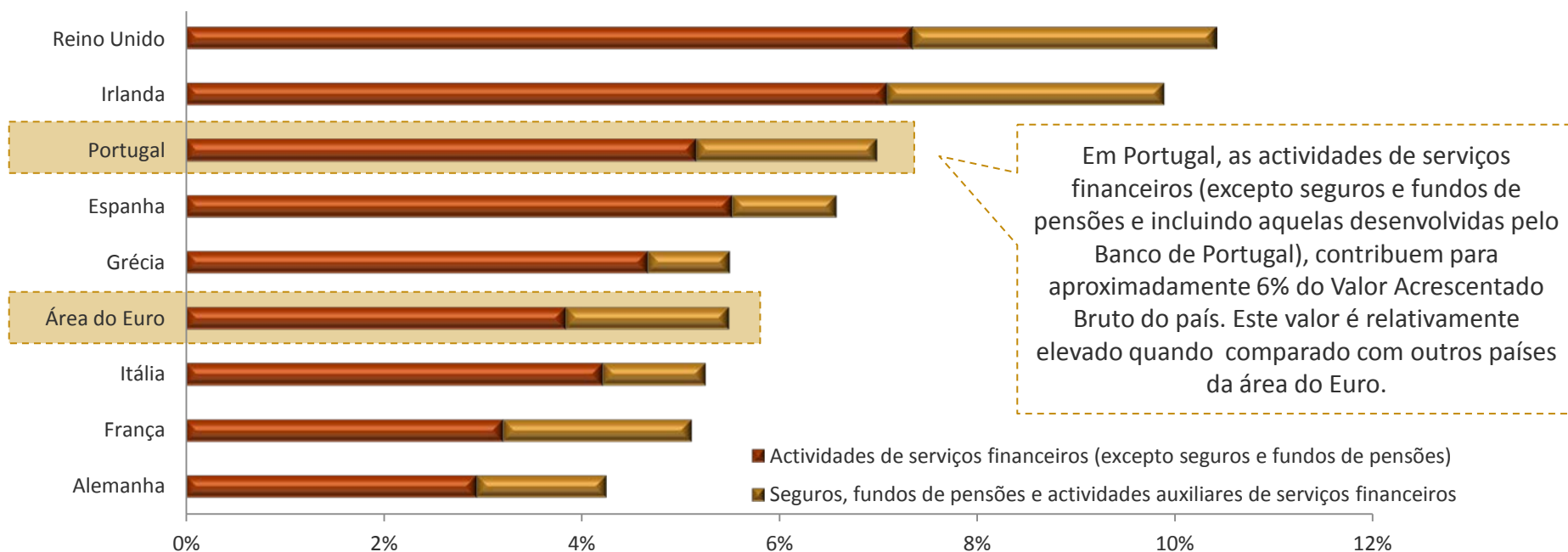


* Produto Interno Bruto (nominal).

Fonte: BCE

Em Portugal, a contribuição das actividades de serviços financeiros para o Valor Acrescentado Bruto nacional situa-se acima dos valores da área do Euro.

VAB das actividades de serviços financeiros em proporção do VAB total, em Portugal e noutros países da União Europeia (2009)



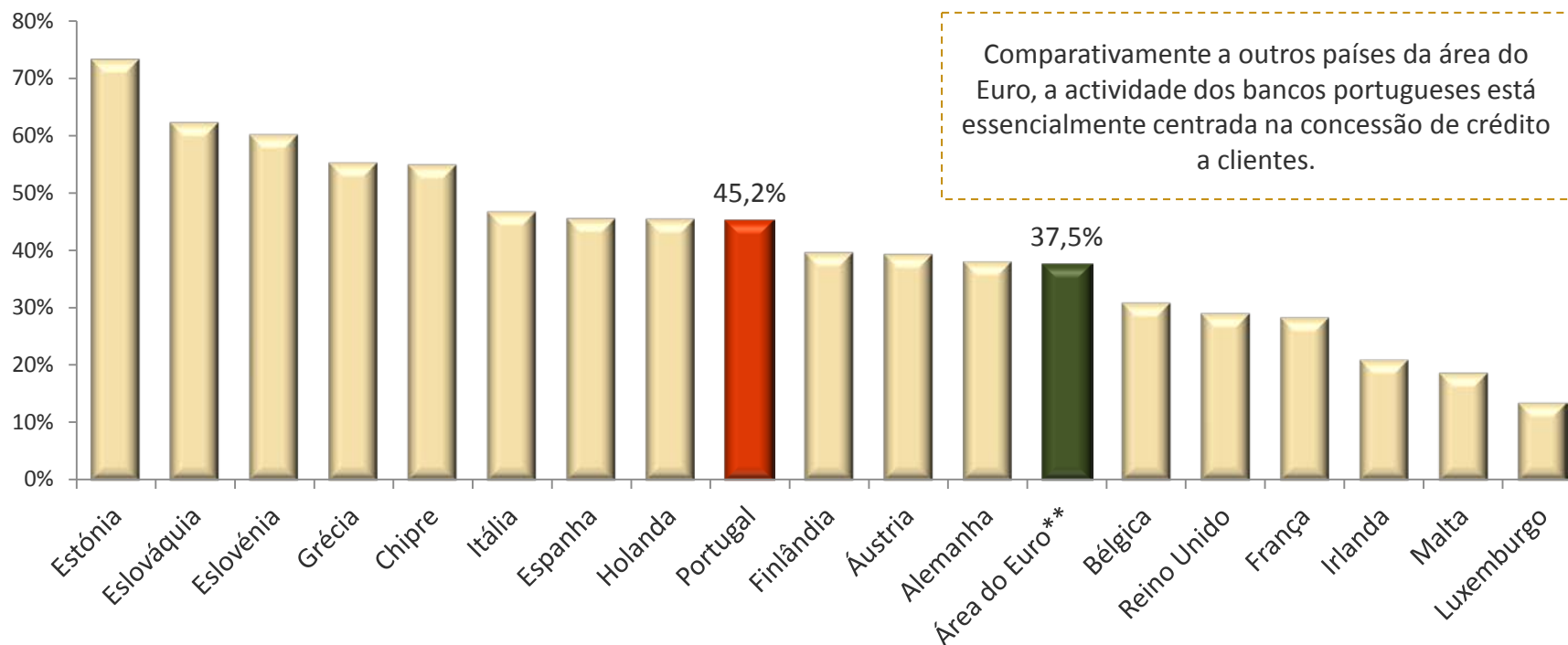
Fonte: Eurostat, INE, Central Statistics Office Ireland

OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

II. Actividade de Crédito

Na banca portuguesa, o crédito a clientes absorve quase 50% dos activos totais.

Crédito a clientes* em proporção dos activos totais (Junho 2013)



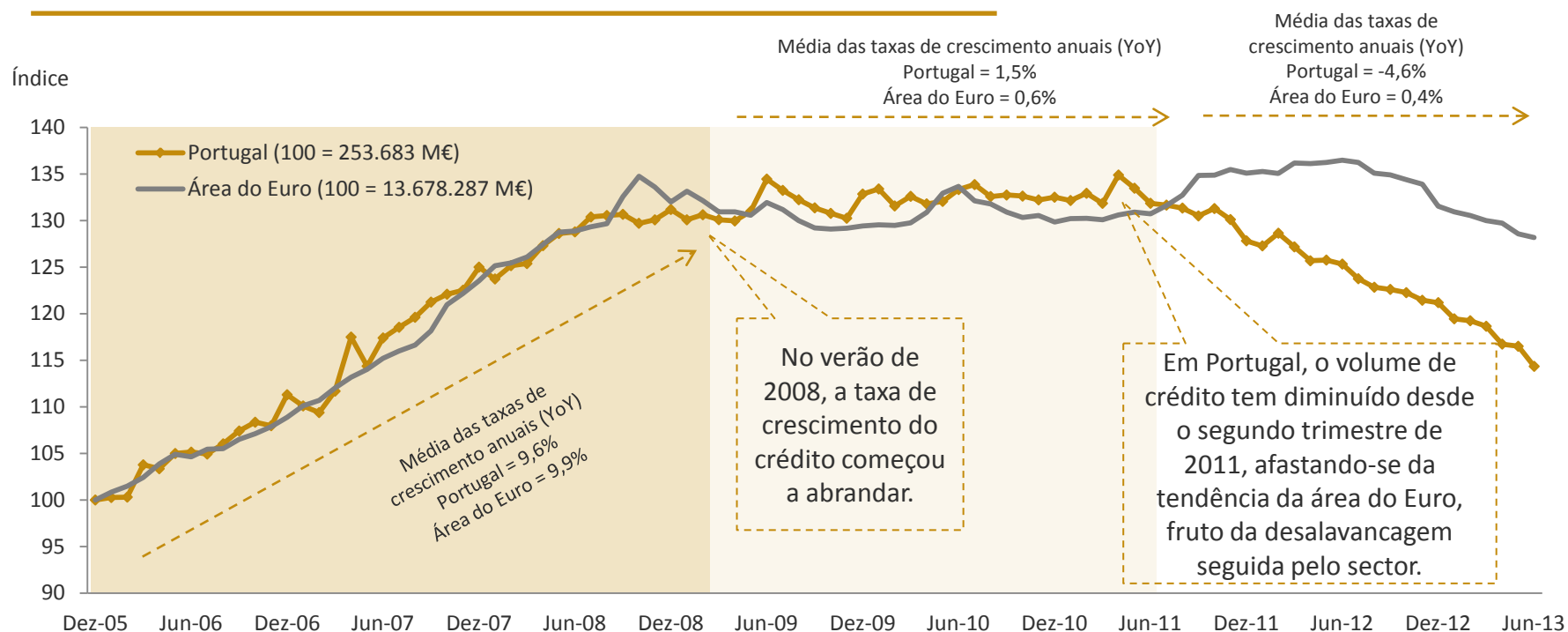
* Empréstimos ao sector não monetário (saldos brutos em fim de mês).

** Valores agregados.

Fonte: BCE

No período que antecedeu a crise financeira, o volume de crédito revelou uma forte tendência crescente, tanto em Portugal como na área do Euro.

Evolução do crédito* em Portugal e na área do Euro (Dez. 2005=100)

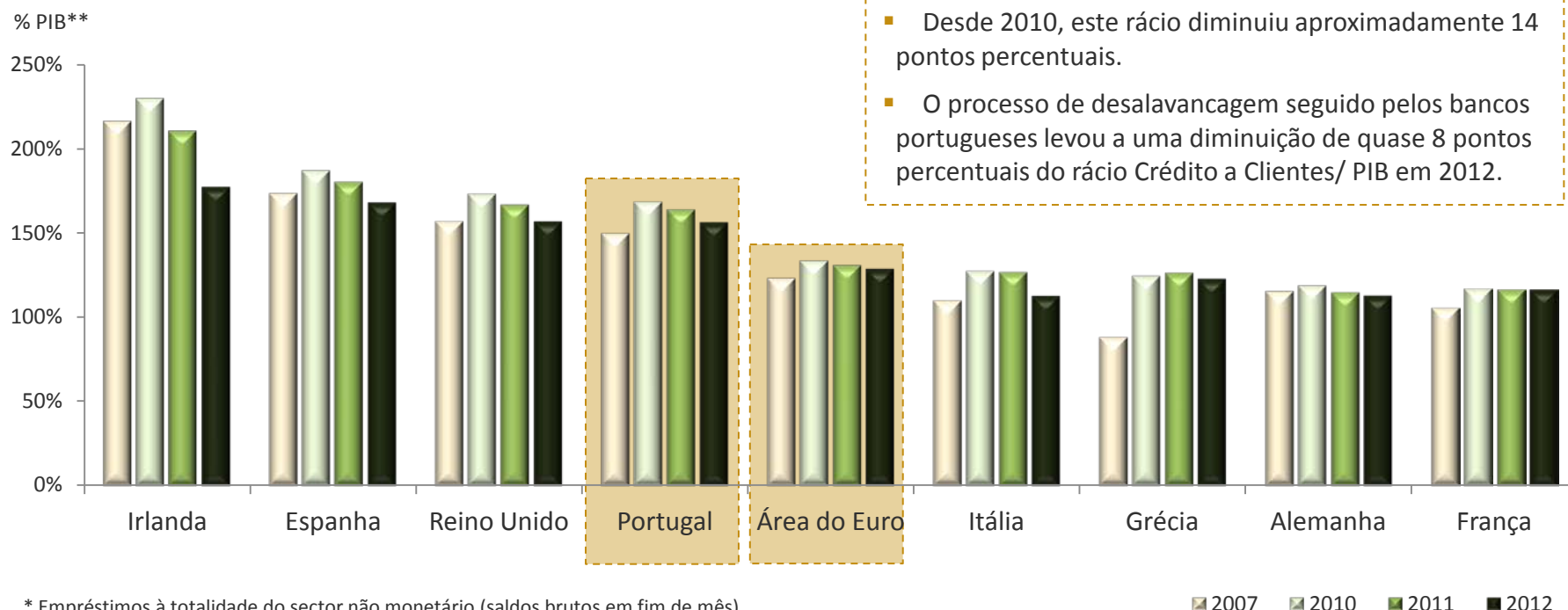


* Empréstimos aos sectores monetário e não monetário (saldos brutos em fim de mês).

Fonte: BCE

Apesar da redução do Rácio Crédito / PIB em 2012, o nível de endividamento bancário da economia portuguesa ainda é elevado, face ao contexto europeu.

Rácio Crédito a Clientes* / PIB**



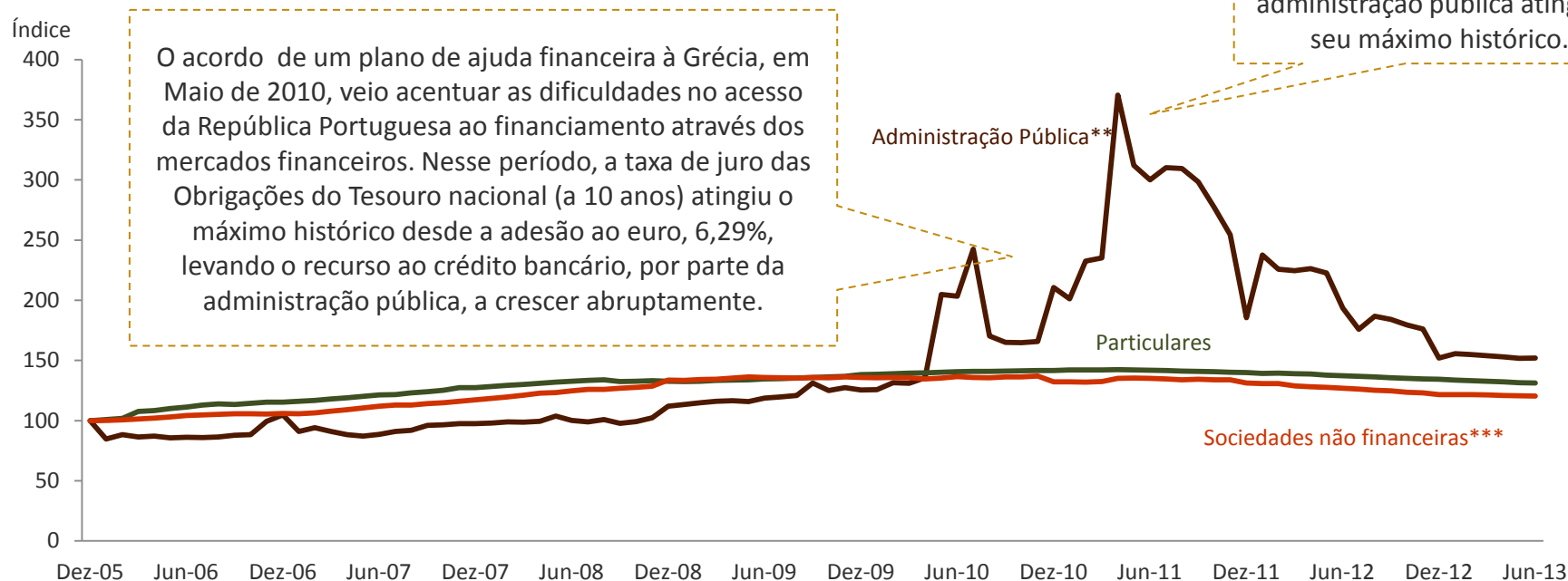
* Empréstimos à totalidade do sector não monetário (saldos brutos em fim de mês).

** Produto Interno Bruto (nominal).

Fonte: BCE, Eurostat

Os *stocks* de crédito a particulares e sociedades não financeiras demonstram evoluções divergentes face ao *stock* de crédito à administração pública.

Evolução do volume de crédito* por sector institucional (Dez. 2005=100)



* Saldos brutos em fim de mês.

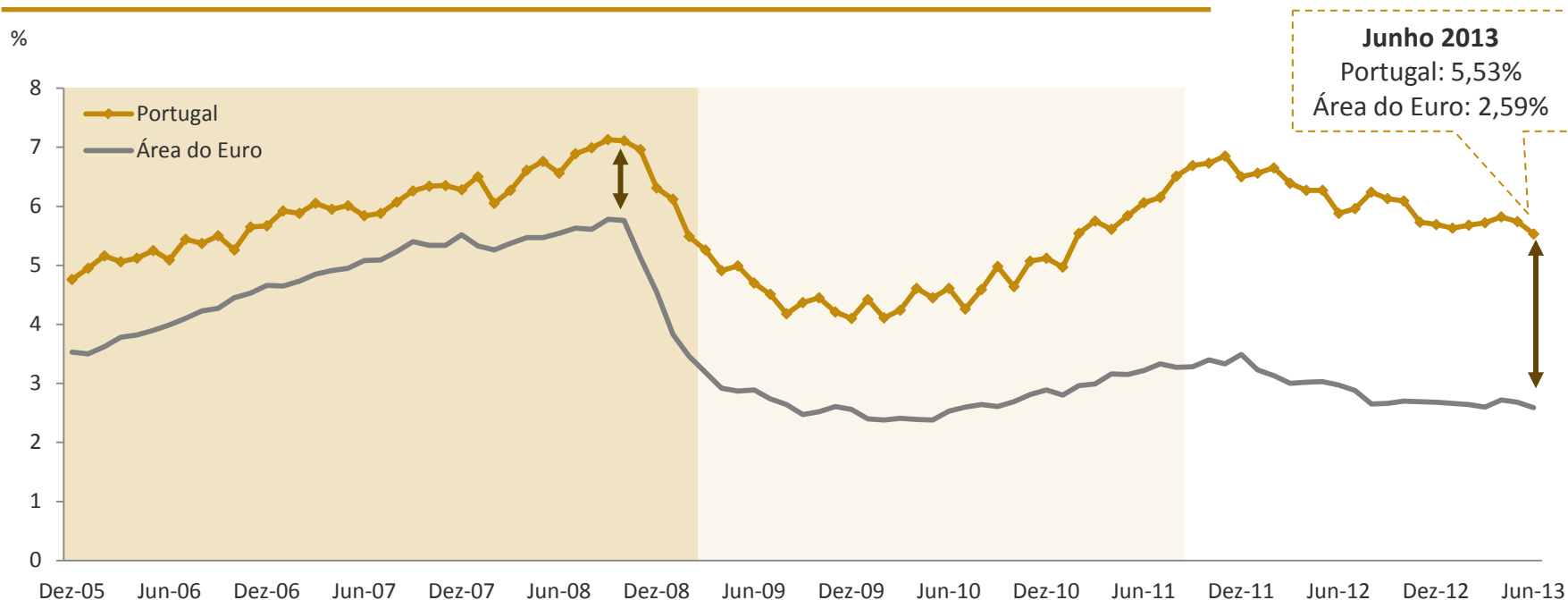
** Inclui apenas empréstimos (não inclui títulos de dívida pública).

*** Inclui empresas públicas.

Fonte: Banco de Portugal

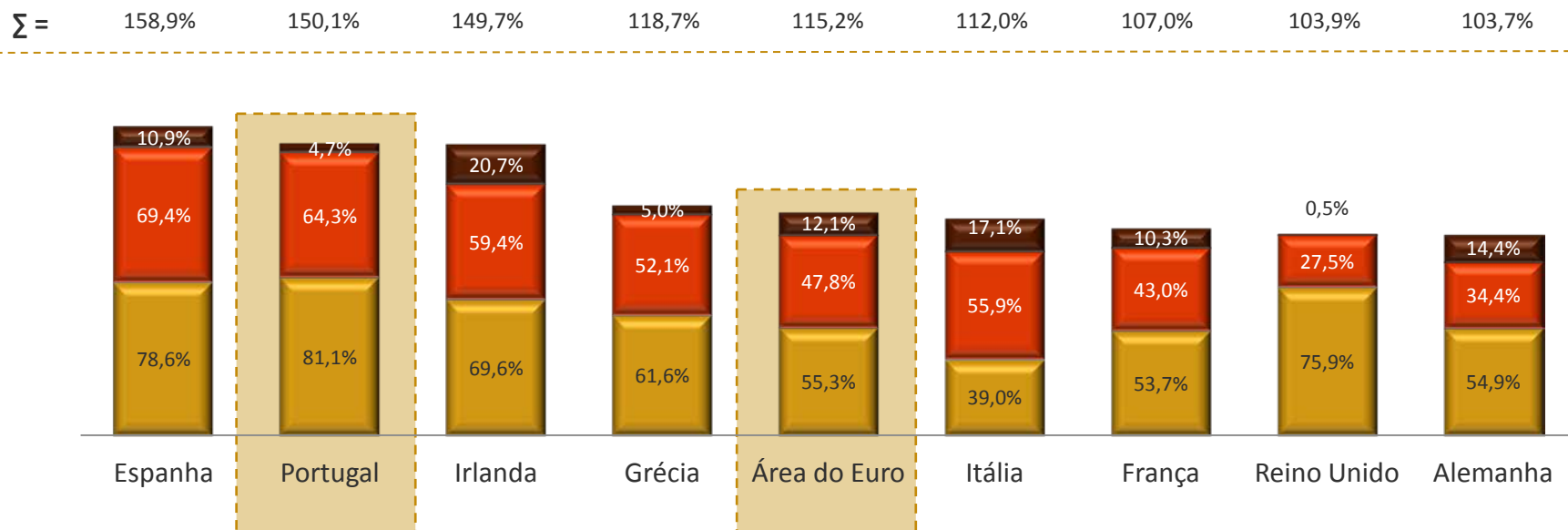
O diferencial entre as taxas de juro de novos empréstimos a sociedades não financeiras em Portugal e na área do Euro aumentou depois do início da crise da dívida soberana.

Evolução das taxas de juro dos empréstimos de instituições financeiras monetárias a sociedades não financeiras (apenas novas operações) em Portugal e na área do Euro



Em Portugal, os particulares e as sociedades não financeiras revelam uma maior dependência do crédito bancário do que na área do Euro.

Peso do crédito a particulares, sociedades não financeiras e administração pública no PIB*, em Portugal e noutros países da União Europeia (Dezembro 2012)



* Produto Interno Bruto (nominal).

** Inclui apenas empréstimos (não inclui títulos de dívida pública).

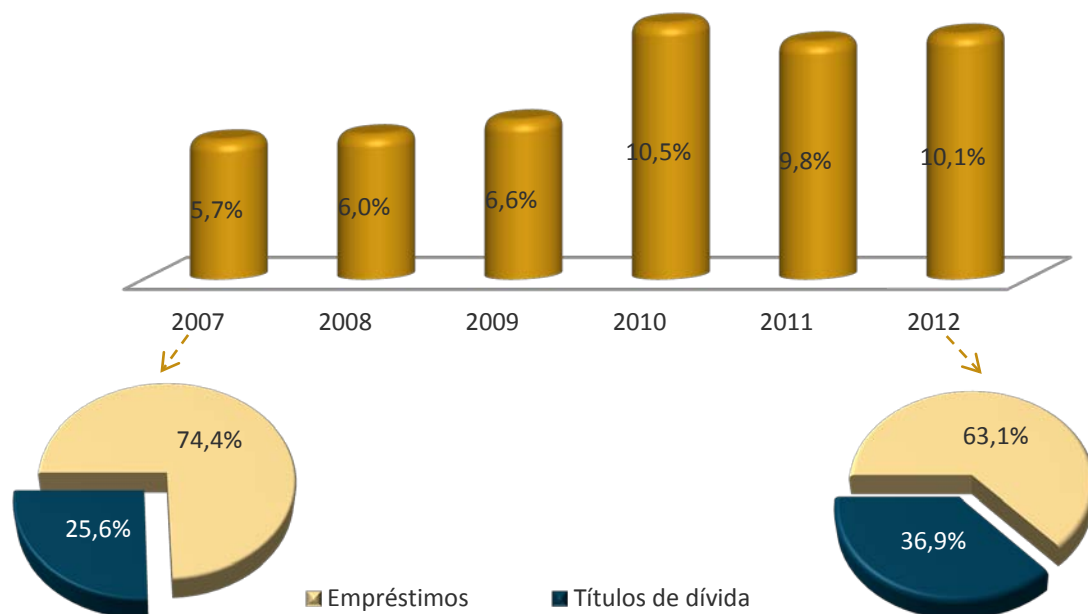
*** Inclui empresas públicas.

■ Administração Pública** ■ Sociedades não financeiras*** ■ Particulares

Fonte: Ameco, BCE

No entanto, as empresas públicas representam quase 10% da dívida total das sociedades não financeiras ao sector financeiro residente.

Crédito a sociedades não financeiras públicas em Portugal*



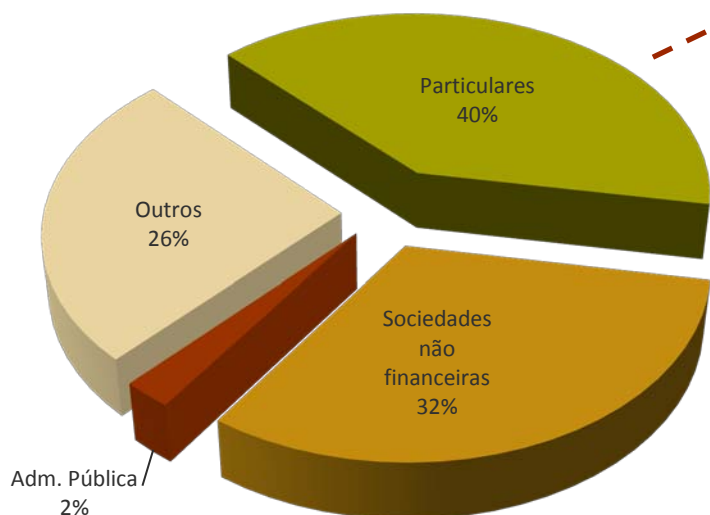
Em Portugal, o crédito ao Sector Empresarial do Estado absorve uma parte significativa do total do crédito a sociedades não financeiras. Ainda assim, aumentou substancialmente desde 2009.

* Em percentagem dos saldos de empréstimos contraídos e títulos de dívida emitidos por empresas não financeiras face ao sector financeiro residente. O conceito de sector financeiro residente inclui não apenas bancos, mas também outras instituições financeiras.

Fonte: Banco de Portugal

Se o crédito a particulares é maioritariamente para habitação, o crédito a sociedades não financeiras destina-se sobretudo ao sector da construção e do imobiliário.

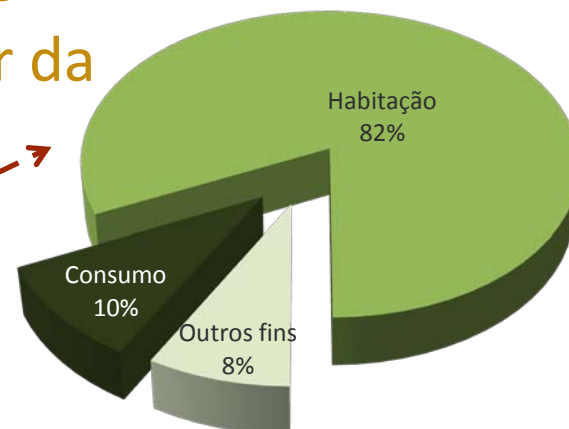
Crédito* (Junho 2013)



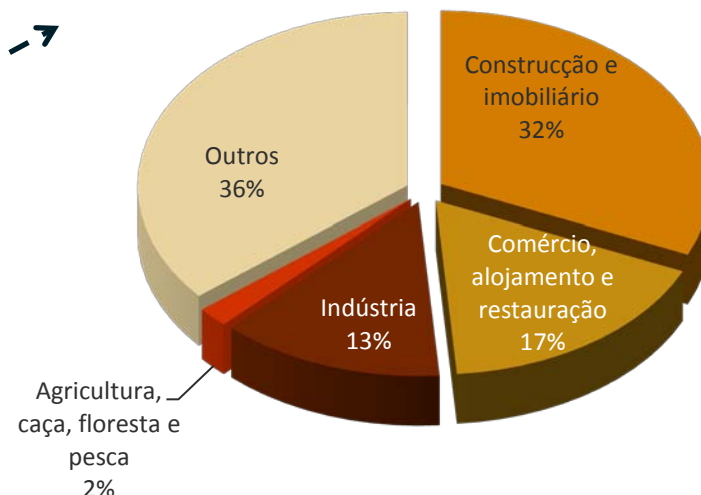
* Empréstimos aos sectores monetário e não monetário, incluindo não residentes (saldos brutos em fim de mês).

Fonte: Banco de Portugal

Crédito a particulares

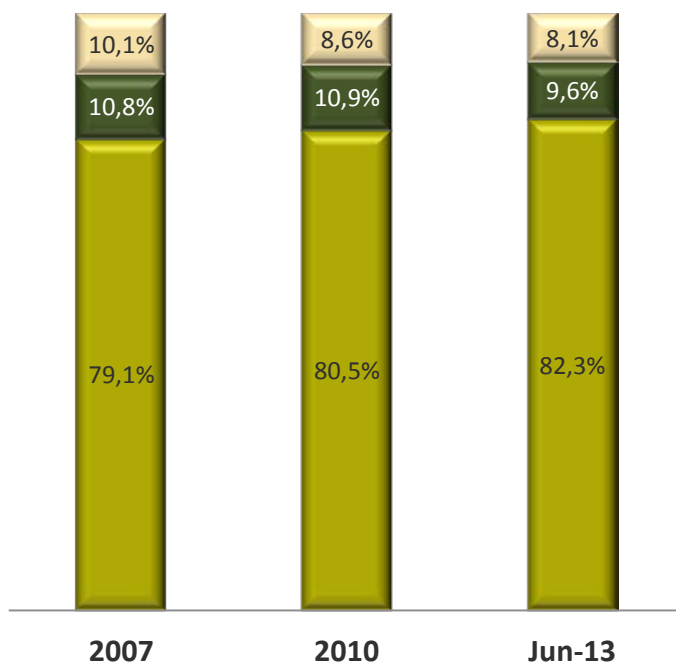


Crédito a sociedades não financeiras

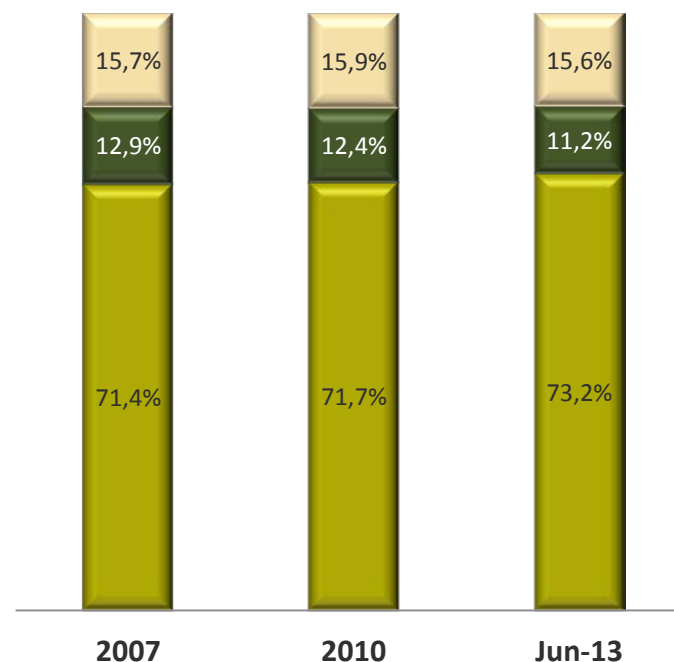


Em Portugal, a proporção do crédito à habitação no total do crédito concedido a particulares tem maior expressão do que na área do Euro.

Portugal



Área do Euro

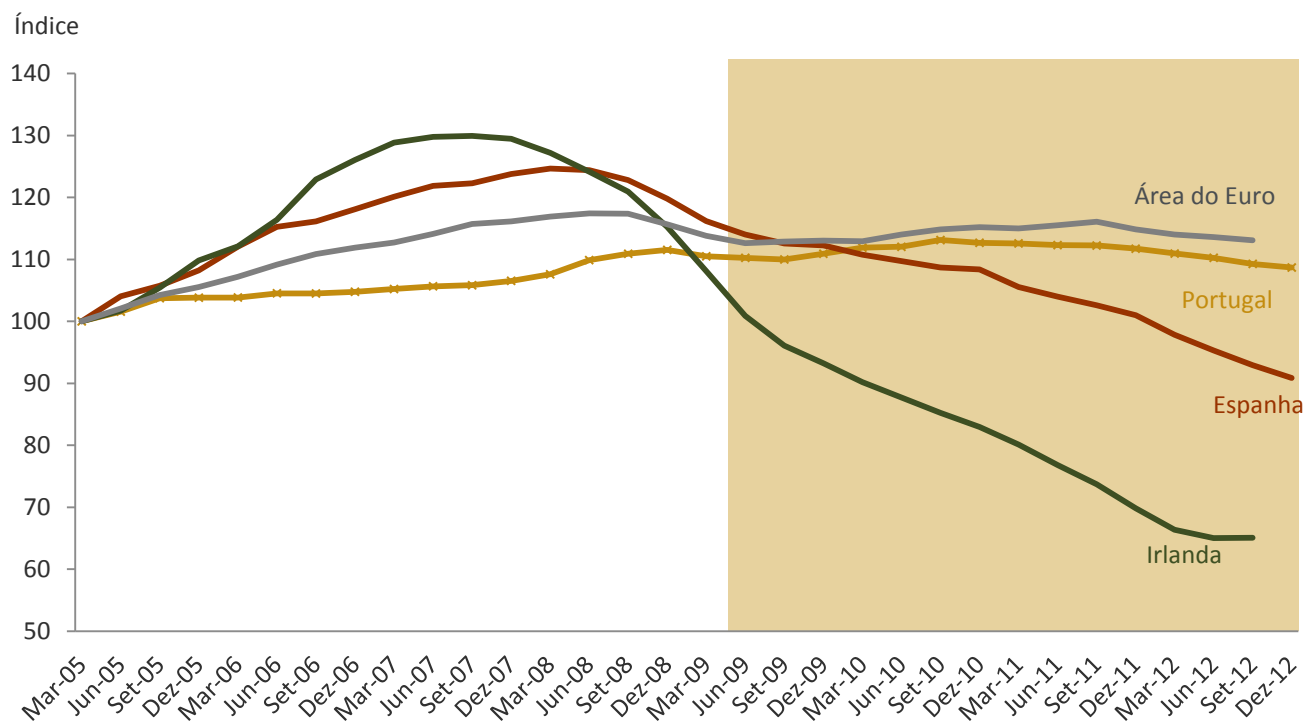


O peso do crédito ao consumo no total do crédito concedido a particulares tem vindo a diminuir tanto em Portugal como na área do Euro. Contudo, este tipo de crédito é menos relevante no caso português do que na área do Euro.

■ Outros fins ■ Consumo ■ Habitação

A evolução dos preços da habitação em Portugal tem sido relativamente estável quando comparada com a de outros países da área do Euro.

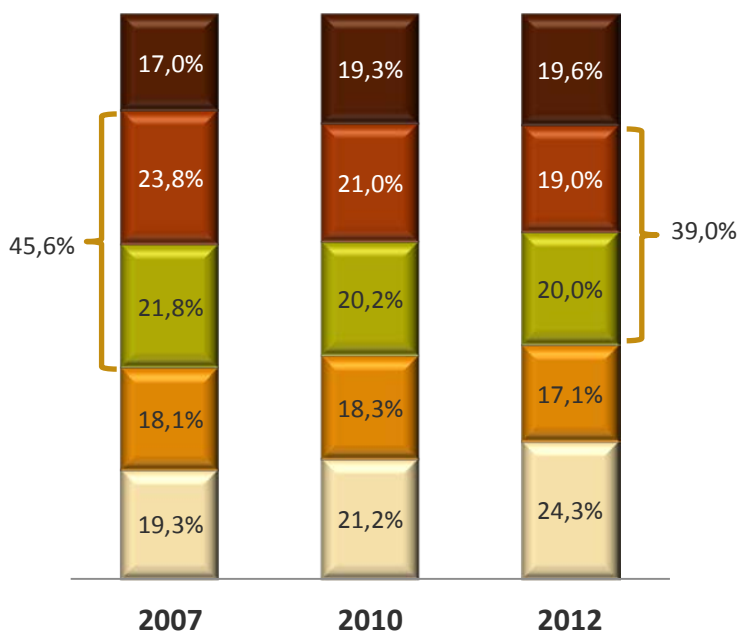
Índice de preços da habitação, em Portugal e noutros países da área do Euro (Mar. 2005=100)



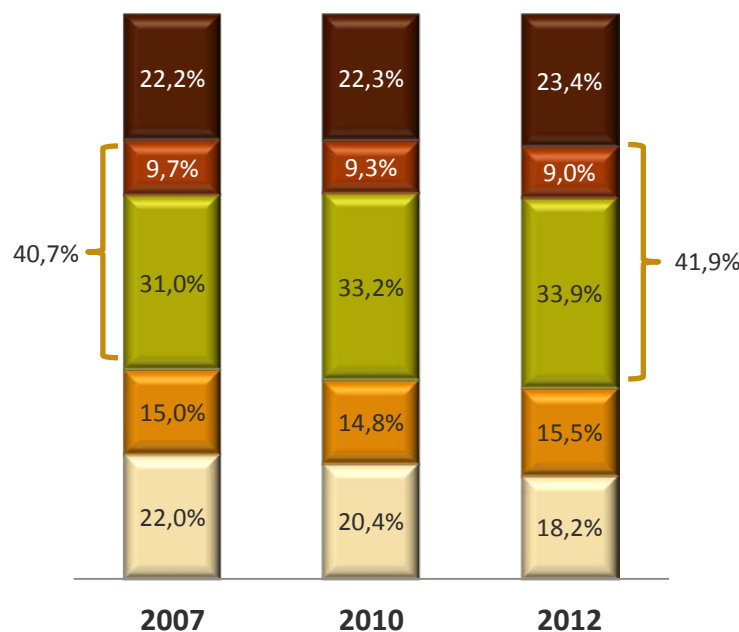
Apesar da crise do *sub-prime*, os preços da habitação em Portugal mantiveram-se relativamente constantes. O sector imobiliário não foi alvo de *boom* especulativo, ao contrário do que aconteceu em Espanha e na Irlanda.

Na área do Euro, o sector das actividades imobiliárias absorve a maior proporção do total do crédito a sociedades não financeiras.

Portugal



Área do Euro



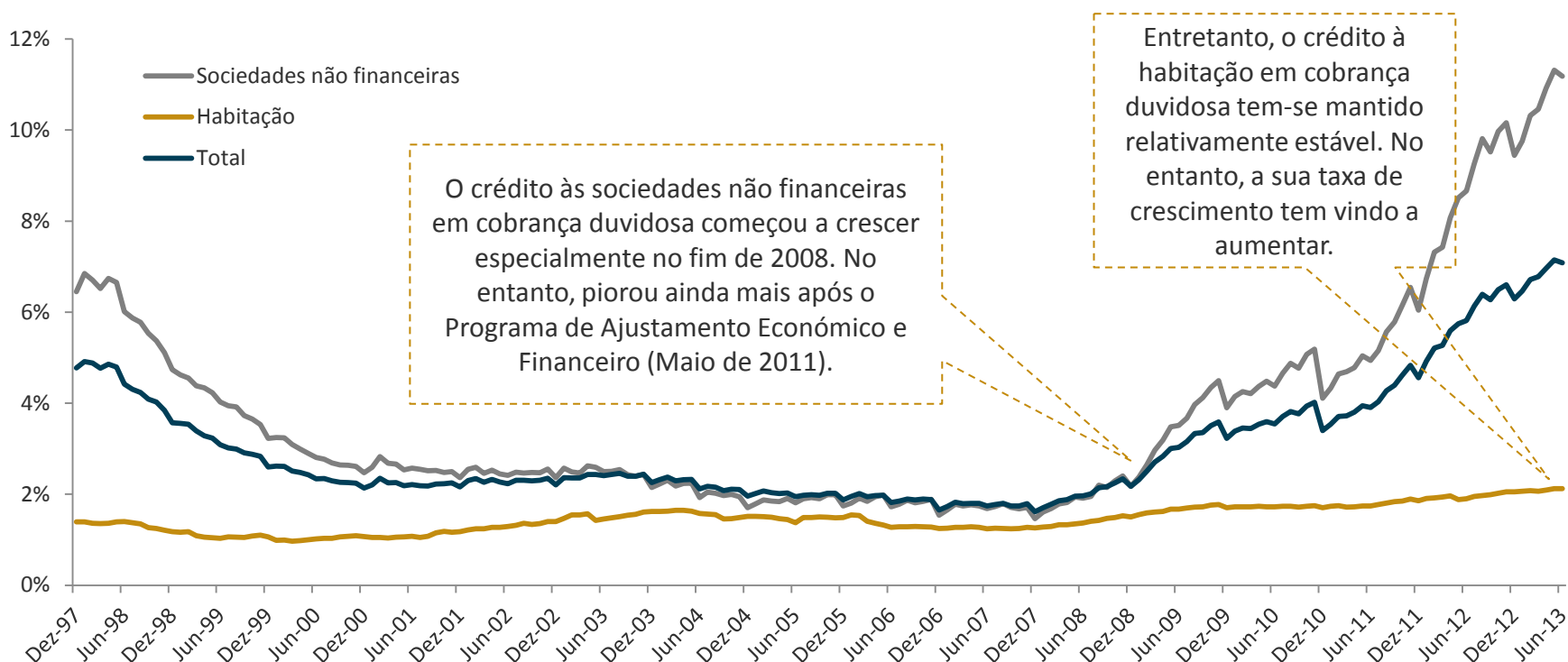
Em Portugal, o peso dos sectores da construção e do imobiliário, em termos agregados, tem vindo a diminuir desde 2007. Por oposição, na área do euro, a proporção destes sectores de actividade no total do crédito a sociedades não financeiras aumentou por força da actividade imobiliária.

■ Agricultura e indústria ■ Construção ■ Actividades imobiliárias, de consultoria, técnicas e administrativas ■ Comércio, alojamento e restauração ■ Outros

Fonte: Banco de Portugal, BCE

O crédito em cobrança duvidosa aumentou desde 2008, especialmente no segmento empresarial.

Crédito em cobrança duvidosa* em percentagem do crédito total correspondente



* Prestações vencidas e prestações futuras de cobrança duvidosa.

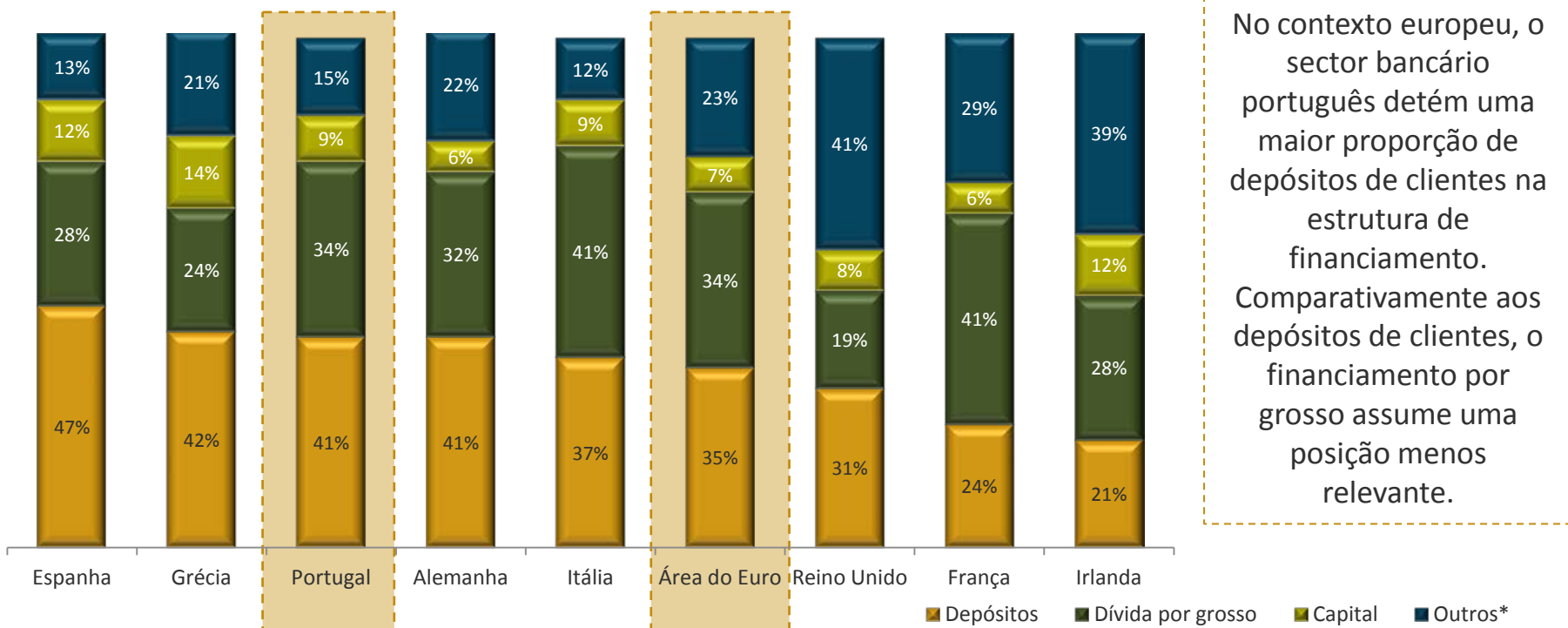
Fonte: Banco de Portugal

OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

III. Financiamento

Os depósitos de clientes constituem a fonte mais importante de financiamento dos bancos portugueses.

Comparação da estrutura de financiamento dos bancos portugueses com a de outros países da União Europeia (Junho 2013)



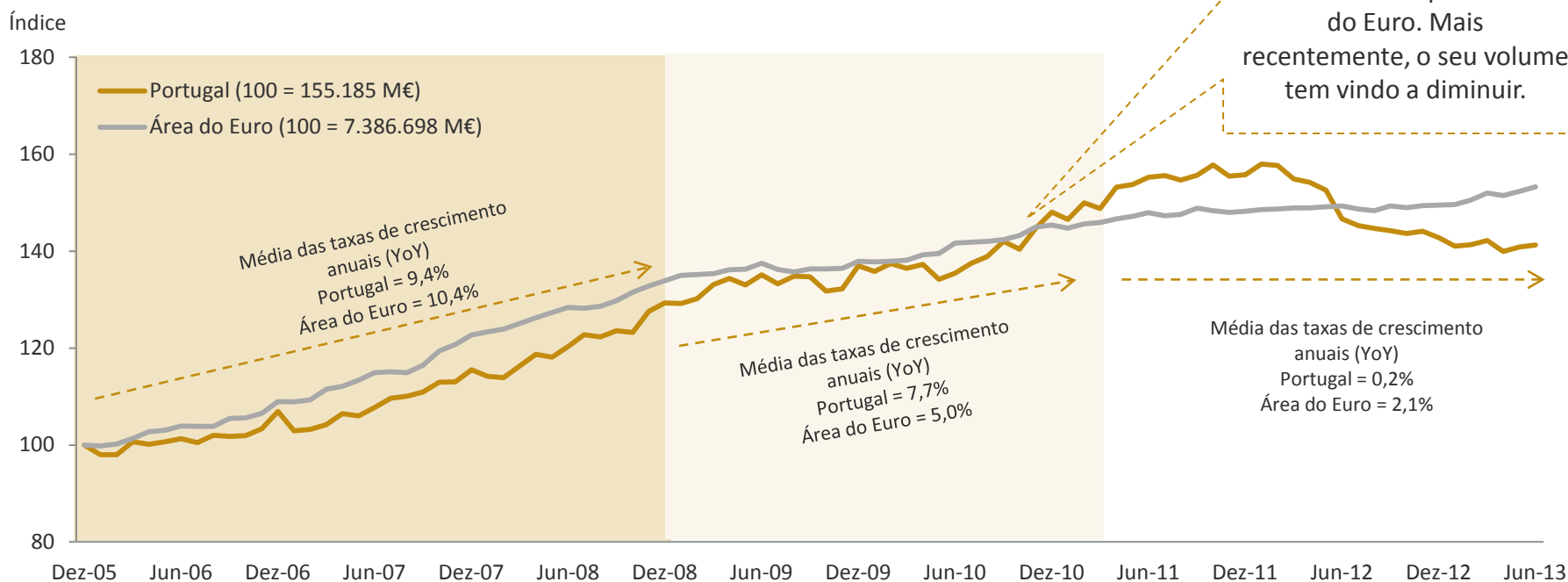
No contexto europeu, o sector bancário português detém uma maior proporção de depósitos de clientes na estrutura de financiamento. Comparativamente aos depósitos de clientes, o financiamento por grosso assume uma posição menos relevante.

* Inclui responsabilidades com entidades não residentes na área do Euro, excepto para o Reino Unido em que inclui responsabilidades com não residentes no país.

Fonte: BCE

A tendência de crescimento dos depósitos em Portugal revela algumas divergências face à da área do Euro.

Evolução dos depósitos* em Portugal e na área do Euro (Dez. 2005=100)



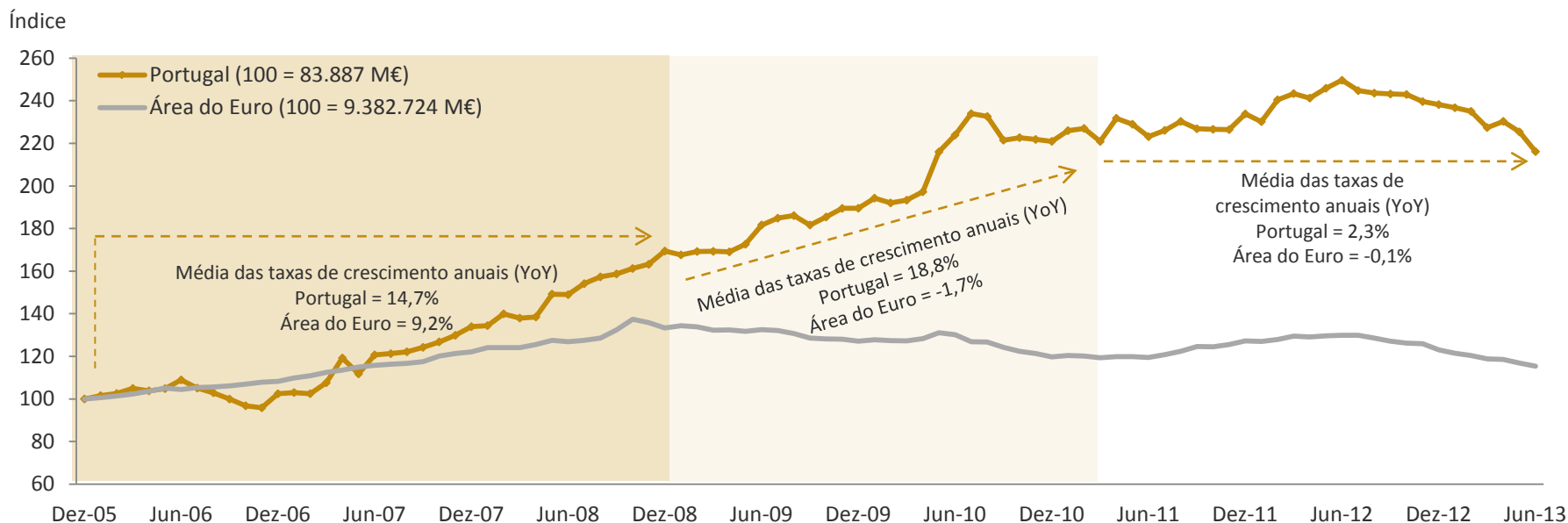
* Depósitos do sector não monetário (saldos em fim de período).

Fonte: BCE

O recurso ao financiamento por grosso por parte dos bancos portugueses cresceu a um ritmo bastante superior ao da área do Euro.

Evolução do financiamento por grosso*, em Portugal e na área do Euro (Dez. 2005=100)

O crescimento dos depósitos em Portugal não foi suficiente para compensar o crescimento dos activos dos bancos nacionais, conduzindo a uma maior dependência do financiamento por grosso.

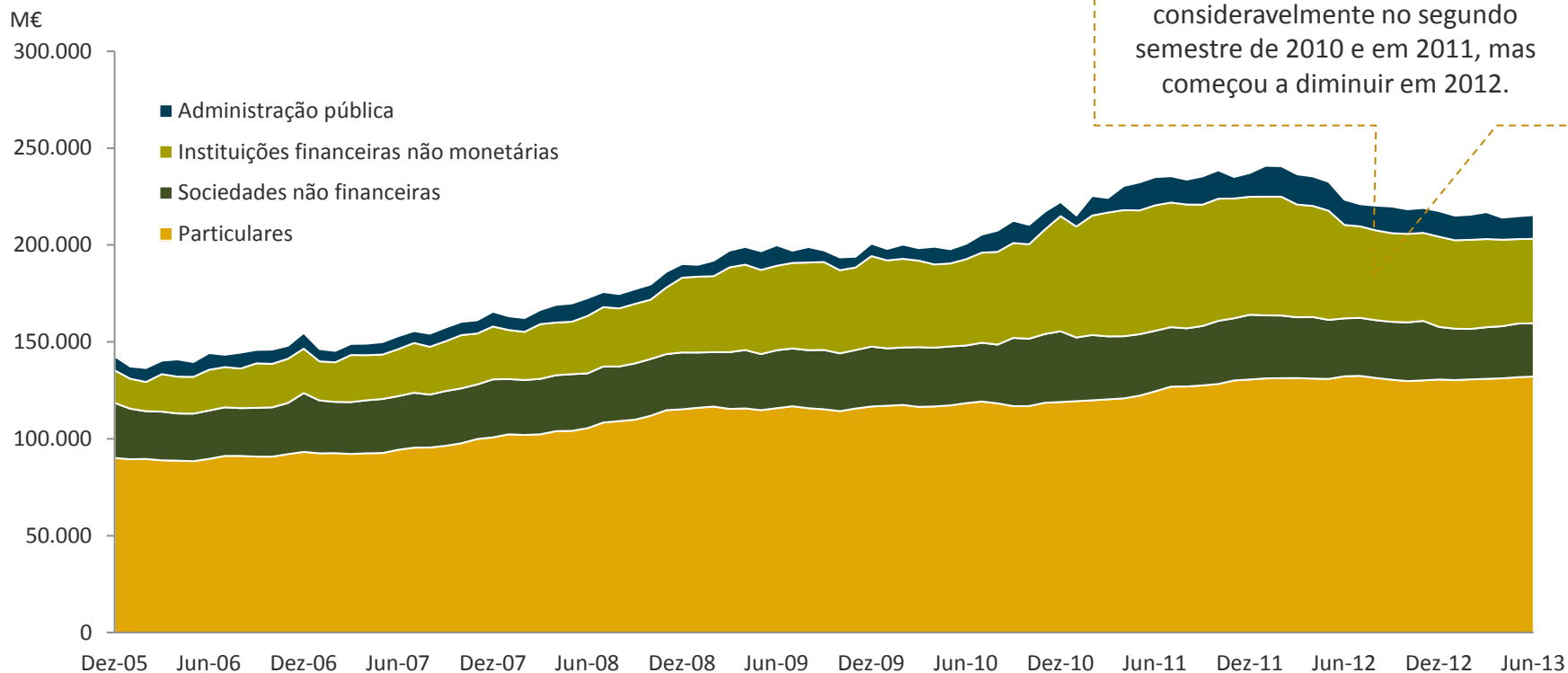


* O financiamento por grosso inclui os depósitos do sector monetário, títulos de dívida emitidos e fundos do mercado monetário (saldos em fim de período).

Fonte: BCE

Em Portugal, os depósitos são maioritariamente detidos por particulares e o seu peso tem vindo a aumentar.

Evolução dos depósitos* em Portugal, por sector institucional

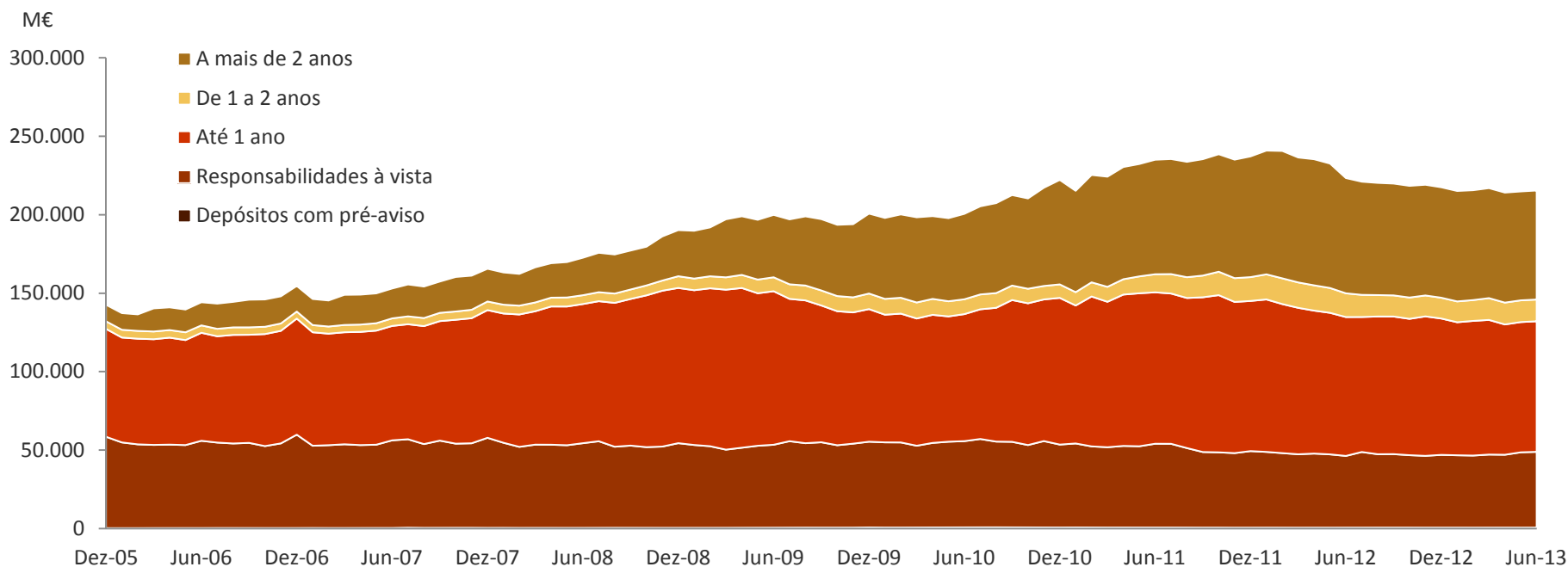


* Depósitos do sector não monetário (saldos em fim de período).

Fonte: Banco de Portugal

Os depósitos com maturidade inferior a um ano são os que têm maior expressão, apesar do recente crescimento verificado nos depósitos a prazos mais longos.

Evolução dos depósitos* em Portugal, por prazo

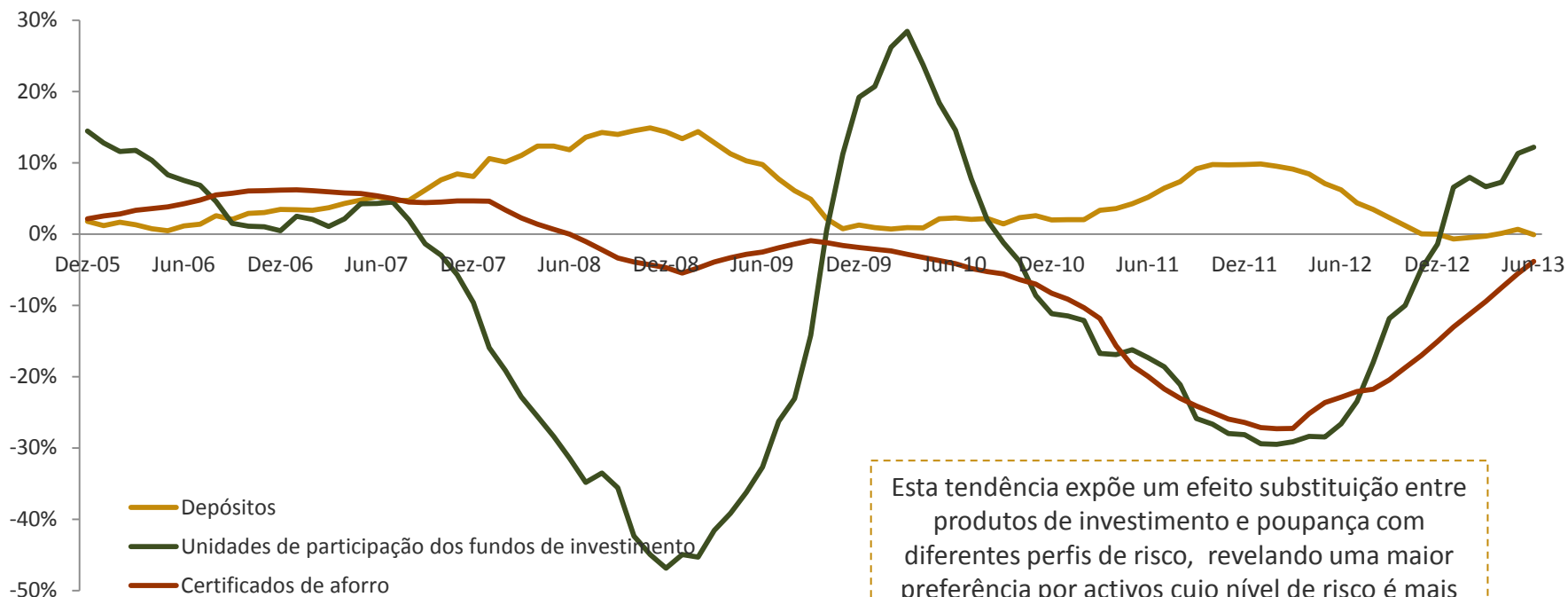


* Depósitos do sector não monetário (saldos em fim de período).

Fonte: Banco de Portugal

O crescimento dos depósitos de particulares coincide com a diminuição das suas unidades de participação em fundos de investimento.

Taxas de crescimento dos depósitos, unidades de participação em fundos de investimento e certificados de aforro detidos por particulares, em Portugal (YoY)

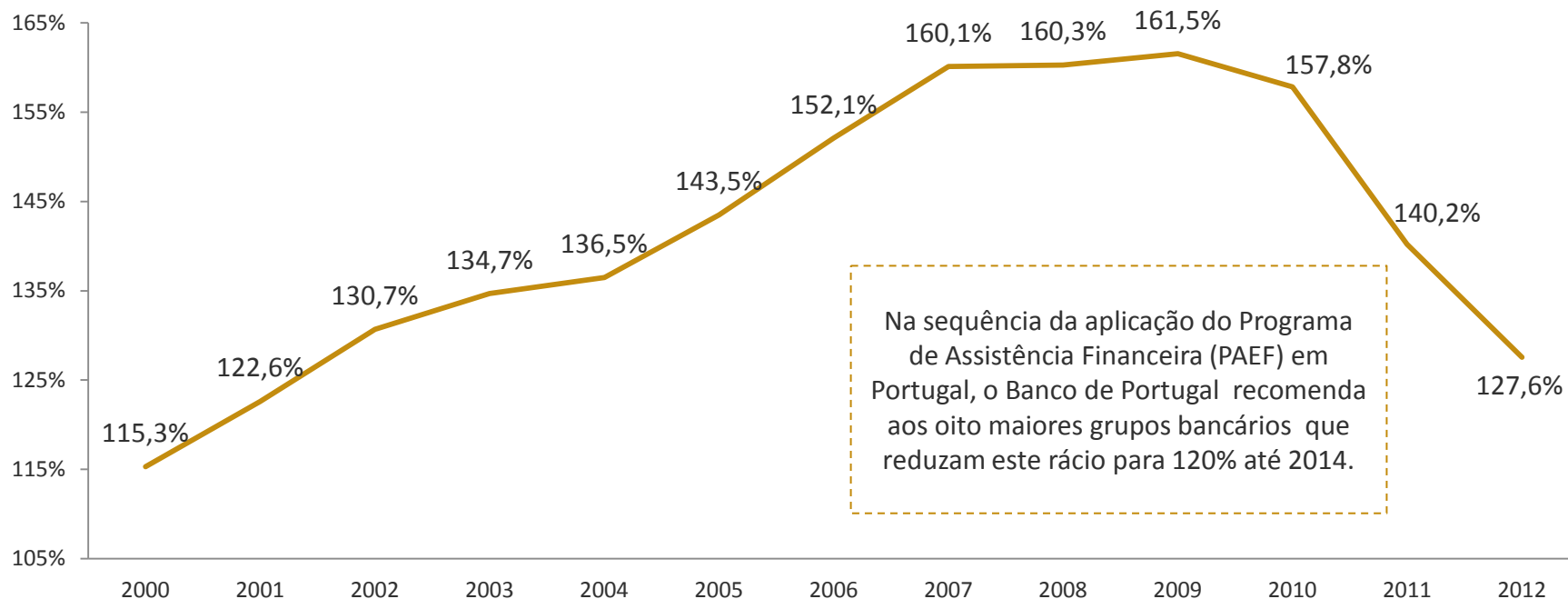


Esta tendência expõe um efeito substituição entre produtos de investimento e poupança com diferentes perfis de risco, revelando uma maior preferência por activos cujo nível de risco é mais reduzido. No entanto, esta propensão começou já a mostrar sinais de reversão.

Fonte: Banco de Portugal

A diminuição do Rácio de Transformação reflecte a desalavancagem que tem vindo a ser realizada pelo sistema bancário português.

Rácio Crédito* / Recursos de Clientes, em base consolidada

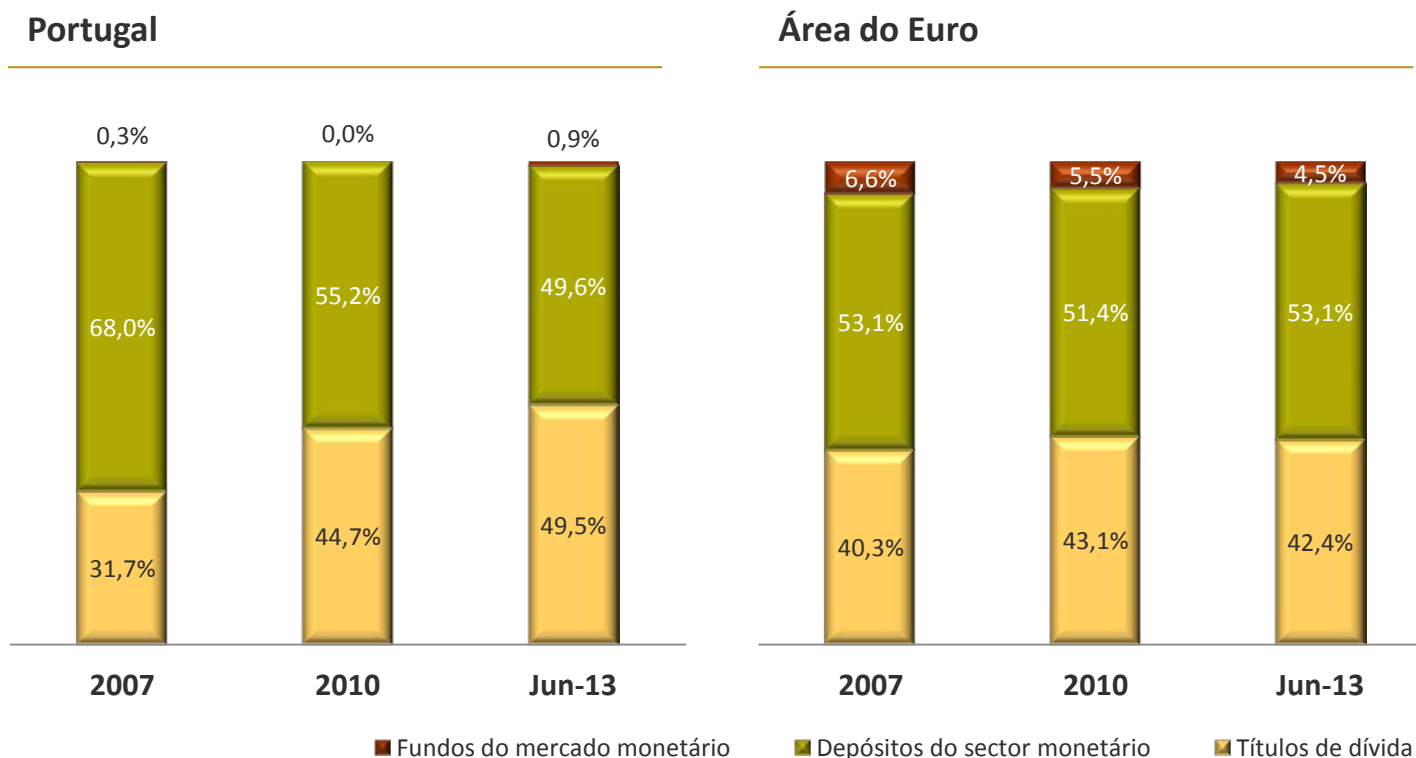


* Crédito líquido de imparidades (inclui créditos titularizados e não desreconhecidos). Saldos em fim de período.

Fonte: Banco de Portugal

Tanto em Portugal como na área do Euro, os depósitos do sector monetário são a principal componente do financiamento por grosso do sector bancário.

Estrutura do financiamento por grosso, por tipo de instrumento



No entanto, em Portugal, o peso do mercado de emissão de títulos de dívida aumentou face a 2007. Inclusivamente, esta fonte de financiamento tem hoje mais expressão para os bancos portugueses do que para os da área do Euro.

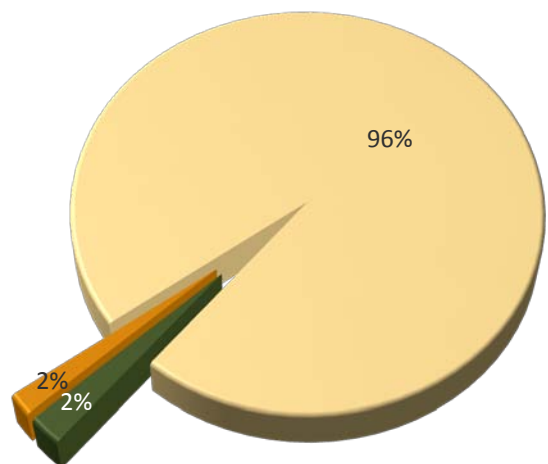
Fonte: BCE

■ Fundos do mercado monetário ■ Depósitos do sector monetário ■ Títulos de dívida

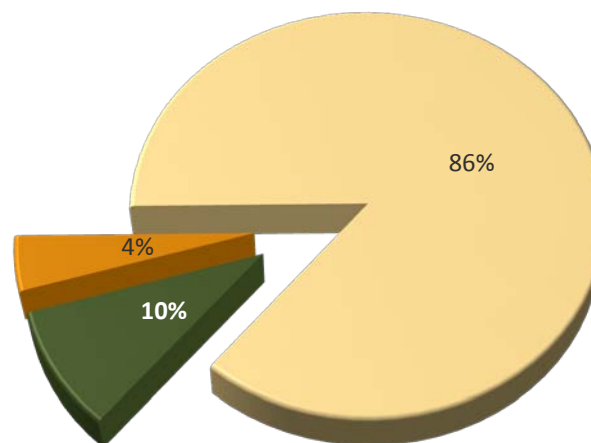
Tanto em Portugal como na área do Euro, os títulos de dívida emitidos pelos bancos são predominantemente de longo prazo.

Estrutura dos títulos de dívida, por maturidade na data de emissão (Dezembro 2012)

Portugal



Área do Euro

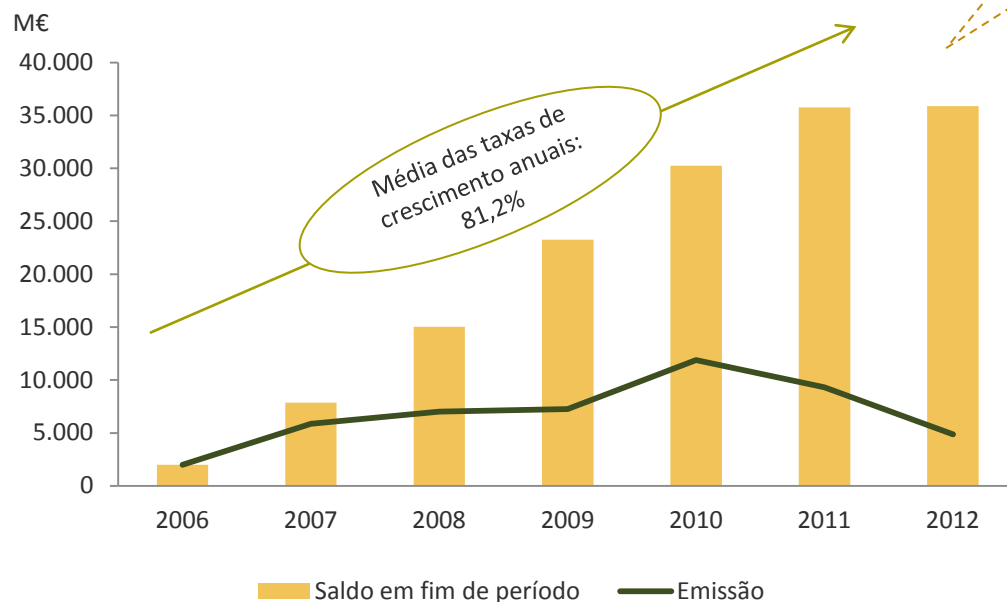


■ Até 1 ano ■ De 1 a dois anos ■ A mais de 2 anos

Ainda assim, a emissão de títulos de dívida de curto prazo assume um papel mais importante no contexto do sector bancário da área do Euro do que no português.

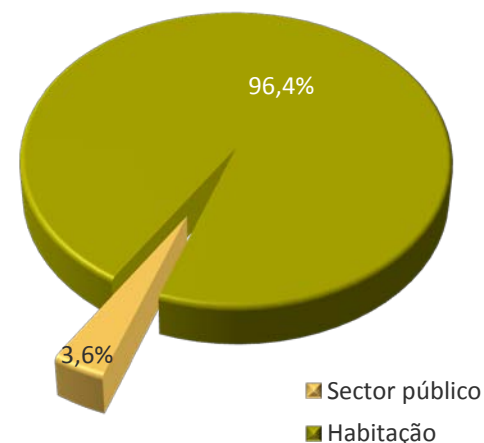
Nos últimos anos, as *covered bonds* tornaram-se importantes fontes de financiamento dos bancos portugueses.

Emissão e saldos de *covered bonds* em Portugal



No final de 2012, o saldo de *covered bonds* representava cerca de 6,4% do financiamento dos bancos portugueses.

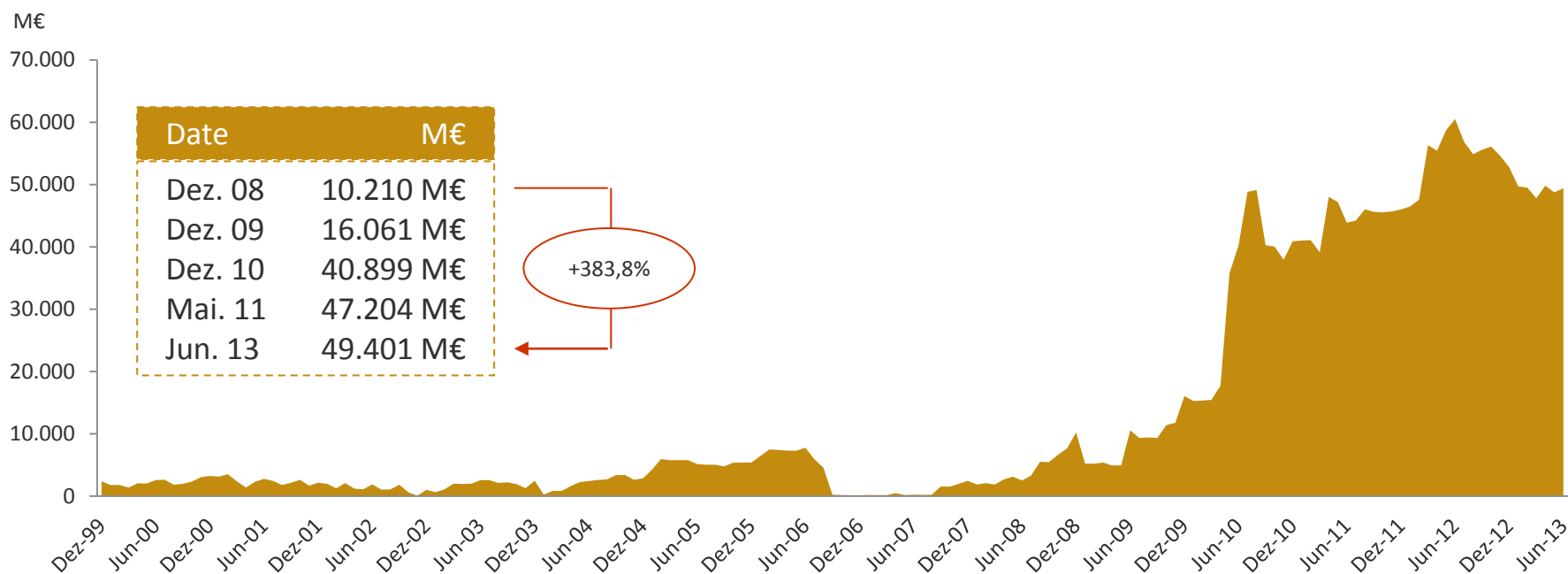
Covered bonds por tipo de activo subjacente (2012)



Fonte: European Covered Bond Council, Factbook, 2013

Restrições no acesso aos mercados interbancários contribuíram para aumentar de forma significativa a dependência dos bancos portugueses face ao BCE.

Operações de cedência de liquidez do Banco Central Europeu*

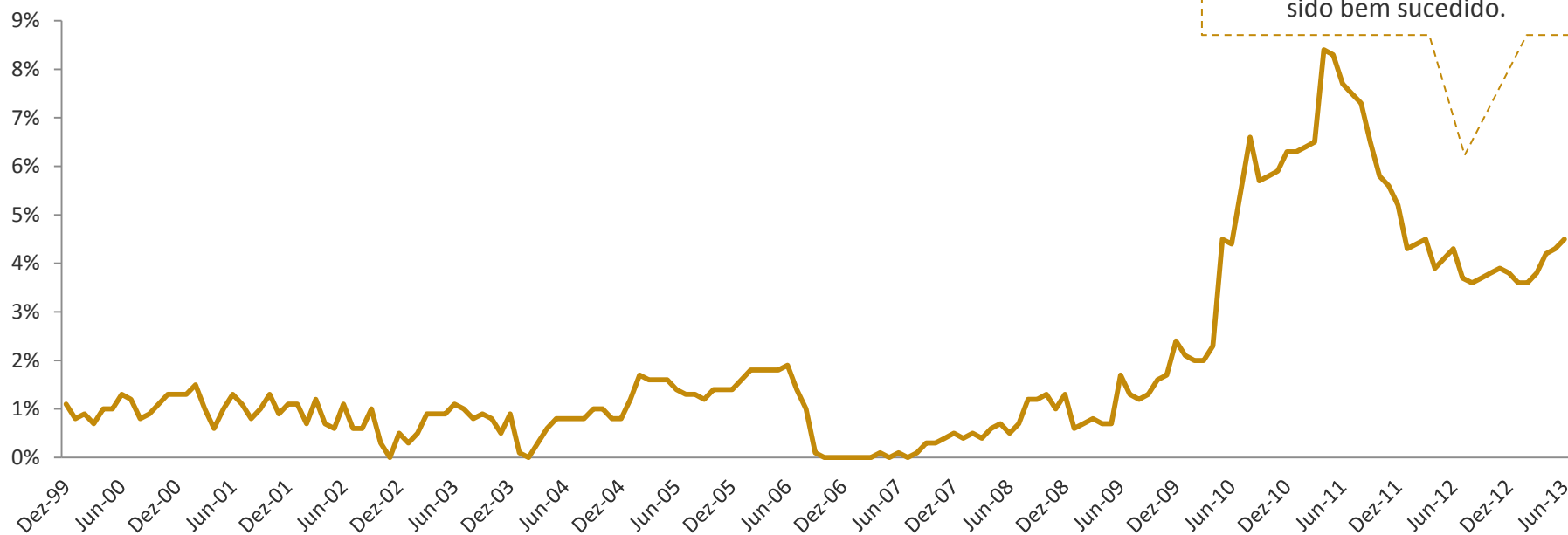


* Saldos em fim de período.

Fonte: Banco de Portugal

Em termos percentuais, a proporção do recurso a operações de cedência de liquidez do BCE por parte dos bancos portugueses também aumentou consideravelmente.

Peso dos bancos portugueses no total de operações de cedência de liquidez do BCE*



No entanto, o esforço dos bancos portugueses em reduzir a sua quota no recurso a operações de cedência de liquidez do Eurosistema tem sido bem sucedido.

* Operações de cedência de liquidez aos bancos portugueses em percentagem do total cedido pelo Eurosistema ao conjunto dos países da área do Euro (saldo em fim de período).

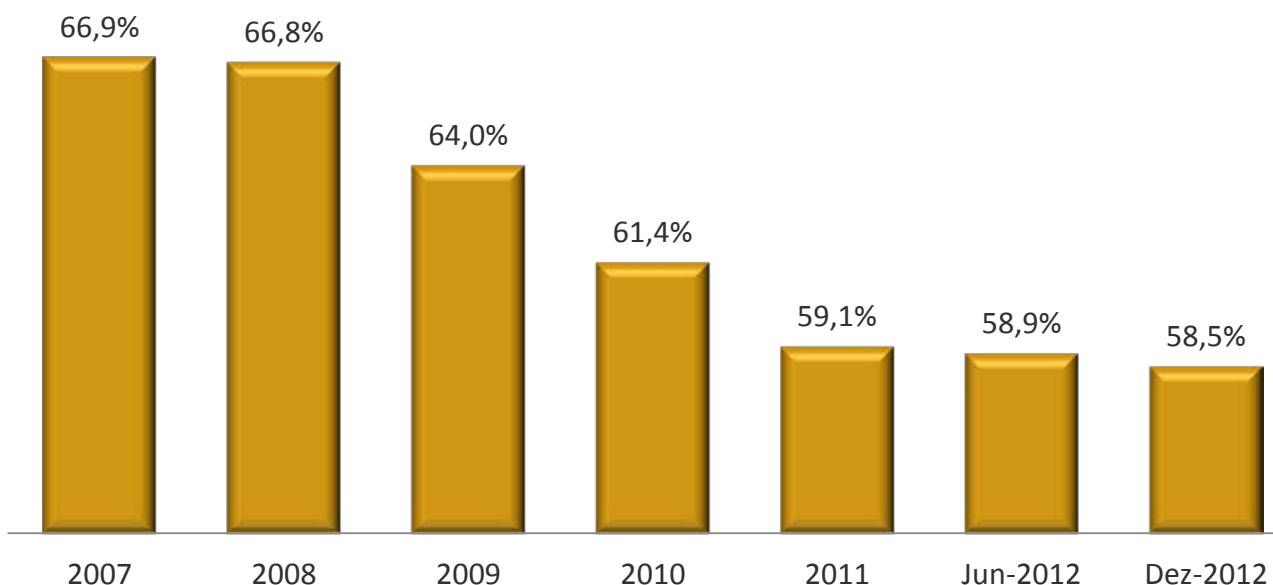
Fonte: Banco de Portugal

OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

IV. Solvabilidade

O nível de risco dos activos dos bancos portugueses tem vindo a diminuir ao longo dos últimos anos.

Activos ponderados pelo risco em proporção dos activos totais*



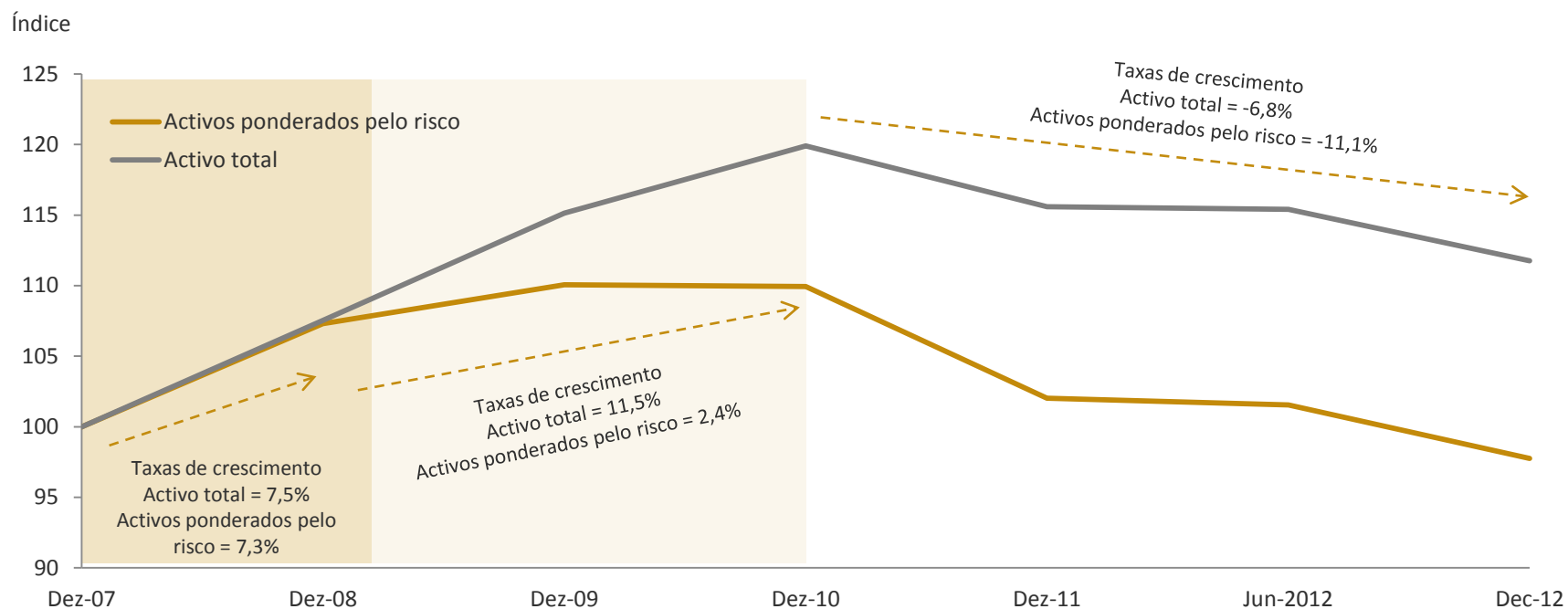
O Rácio Activos Ponderados pelo Risco / Activos Totais dos bancos portugueses sofreu um decréscimo considerável nos últimos anos. Esta tendência intensificou-se depois do PAEF e reflecte uma diminuição do risco médio dos activos que compõem o balanço dos bancos portugueses.

* Os activos ponderados pelo risco incluem rubricas fora de balanço.
Dados dos grupos bancários e bancos domésticos, em base consolidada excluindo a actividade seguradora.

Fonte: BCE

Os activos totais têm crescido a uma taxa superior face aos activos ponderados pelo risco.

Evolução dos activos ponderados pelo risco e dos activos totais dos bancos portugueses* (Dez. 2007=100)

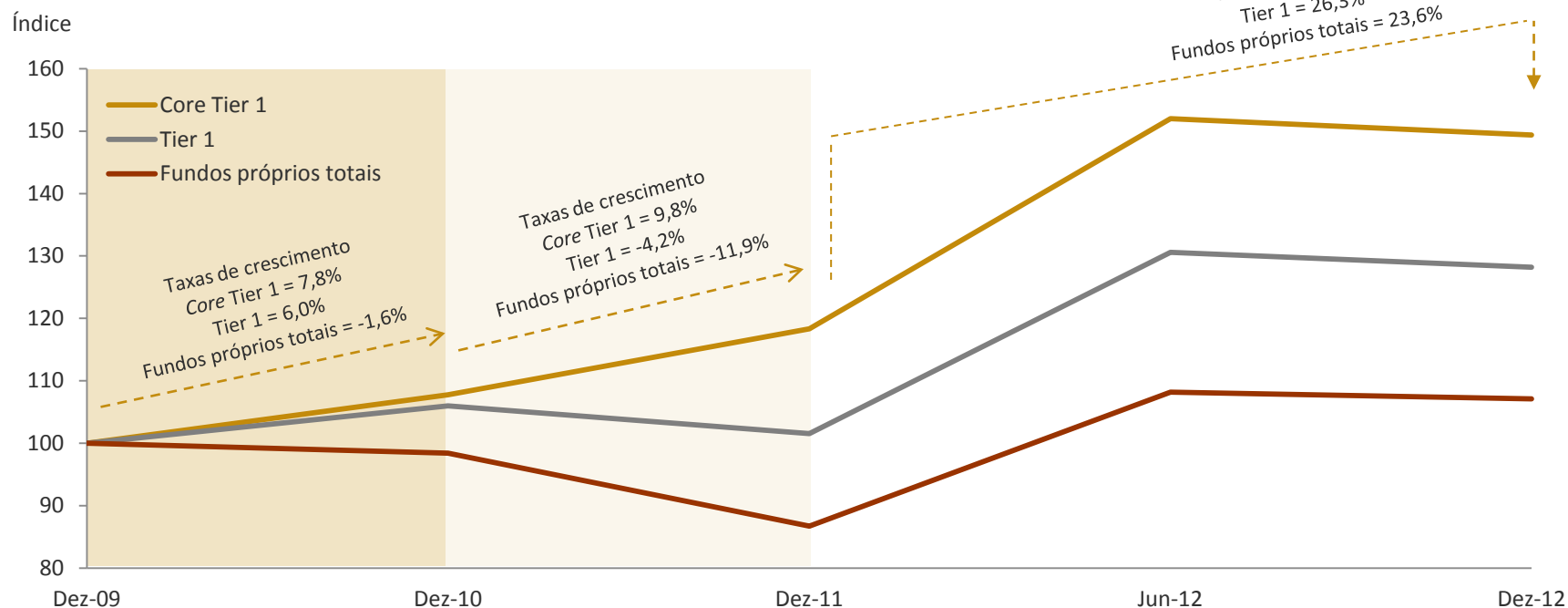


* Dados dos grupos bancários e bancos domésticos, em base consolidada excluindo a actividade seguradora.

Fonte: BCE

Os fundos próprios de melhor qualidade dos bancos portugueses, *core* Tier 1, aumentaram significativamente desde 2009.

Evolução dos fundos próprios dos bancos portugueses* (Dez. 2009=100)

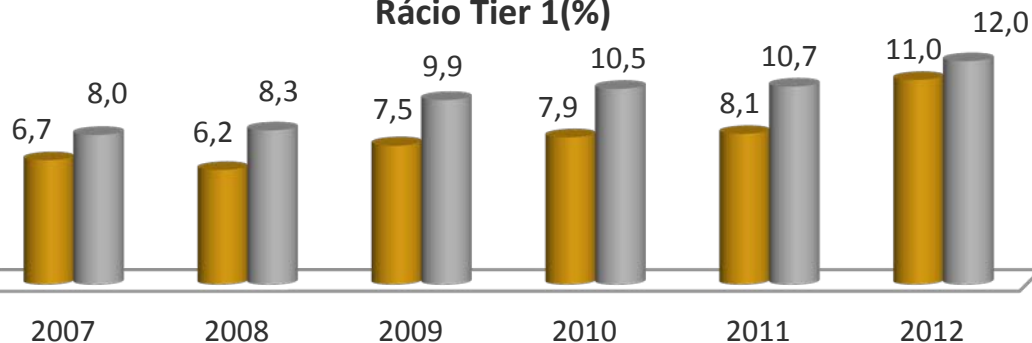


* Dados em base consolidada.

Fonte: Banco de Portugal

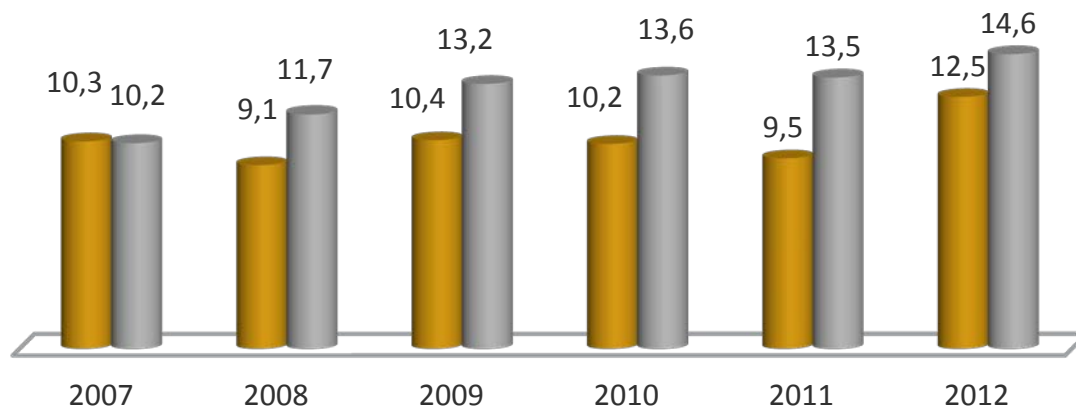
Historicamente, os níveis de capital dos bancos portugueses têm-se situado acima dos mínimos legais exigidos.

Rácio Tier 1(%)



O Acordo de Basileia II impõe que o Rácio Tier 1 das instituições financeiras seja igual ou superior a 4% e que o Rácio de Solvabilidade não seja inferior a 8%.

Rácio de Solvabilidade(%)



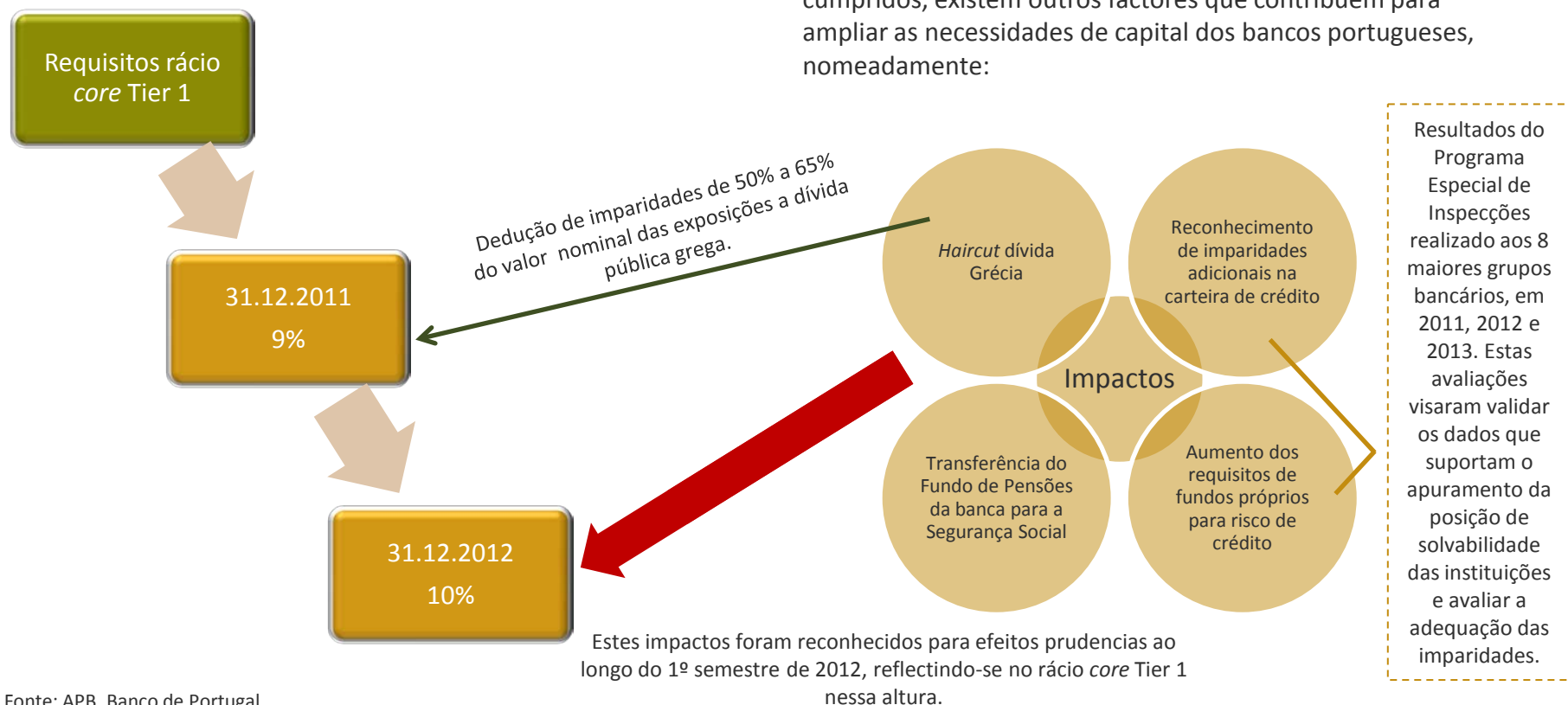
■ Portugal
■ UE 27

* Dados dos grupos bancários e bancos domésticos, em base consolidada excluindo a actividade seguradora.

Fonte: BCE

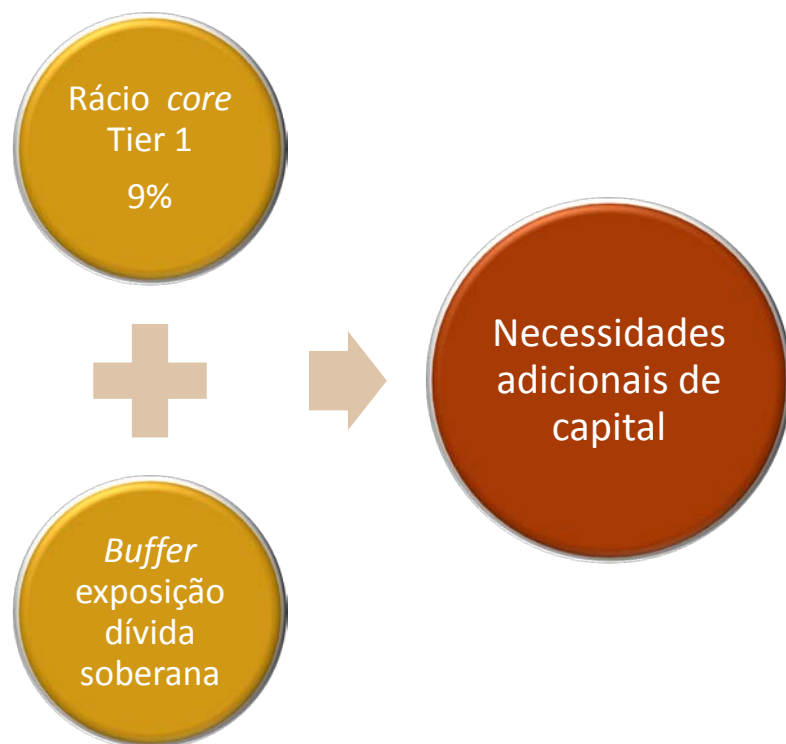
No âmbito do Acordo de Assistência Financeira e Económica a Portugal, os bancos portugueses enfrentam, desde 2011, novos requisitos de capital.

Para além dos novos valores do rácio *core Tier 1* a serem cumpridos, existem outros factores que contribuem para ampliar as necessidades de capital dos bancos portugueses, nomeadamente:



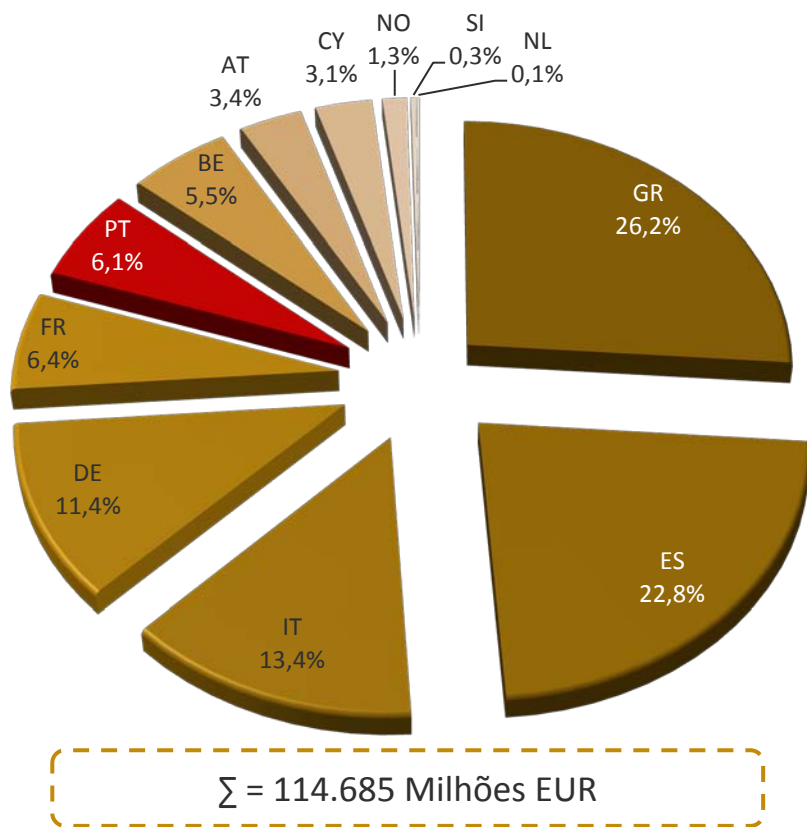
Fonte: APB, Banco de Portugal

Simultaneamente, também a EBA impôs maiores requisitos de capital aos bancos europeus a serem cumpridos até Junho de 2012.



- Perante a crise da dívida soberana que assola a Europa, a Autoridade Bancária Europeia, em conjunto com outras entidades europeias, estabeleceu algumas medidas que visam fortalecer a resiliência do sector bancário.
- Desta forma, foram introduzidos novos requisitos de capital por via de duas formas distintas, nomeadamente:
 - Aumento do rácio *core* Tier 1 de 4,5% para 9%;
 - Constituição de um *buffer* de capital para fazer face à exposição a dívida soberana a 30 de Setembro de 2011.

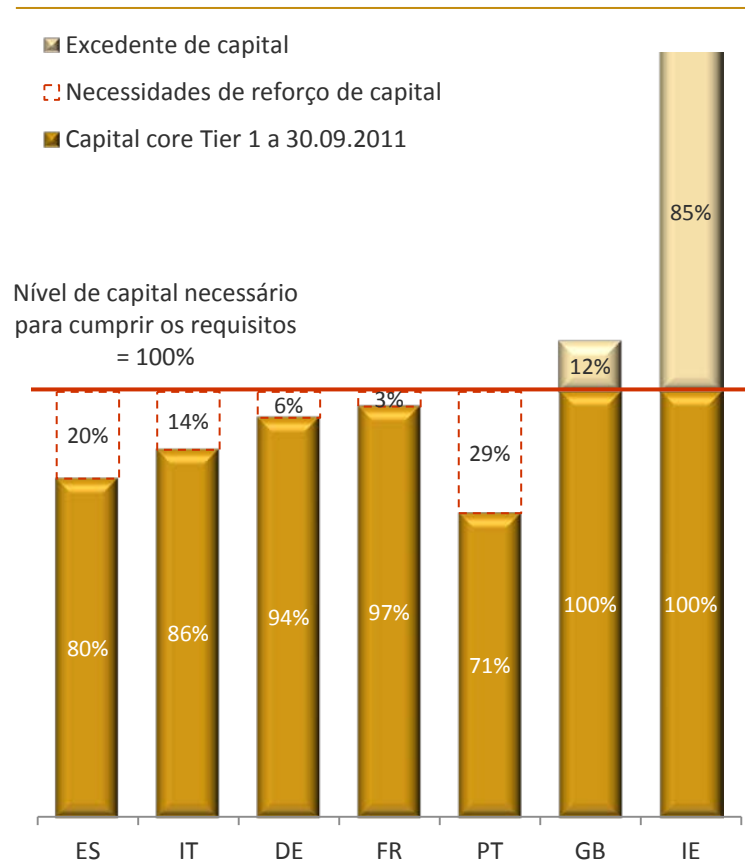
Os resultados do Exercício Europeu de Reforço de Capitais revelaram necessidades de capital para bancos de 12 países da Europa.



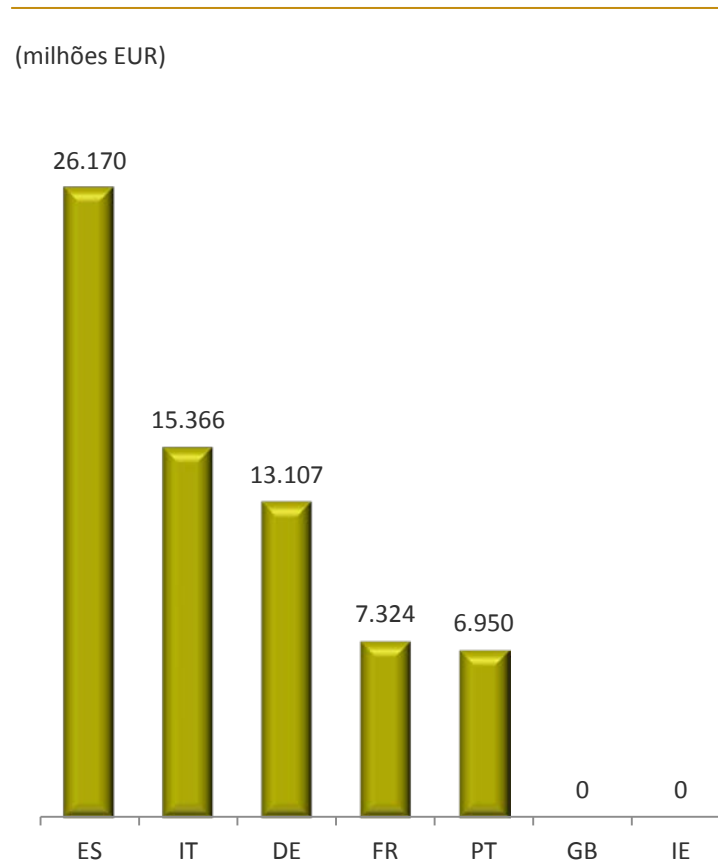
- Em Dezembro de 2011, a Autoridade Bancária Europeia apresentou os resultados da avaliação realizada ao capital dos grupos bancários que integraram o exercício de *stress-tests* de Julho de 2011, tendo em conta o valor de mercado das suas exposições a dívida soberana e do seu capital, a 30 de Setembro de 2011.
- Deste exercício resultou que as necessidades adicionais de capital, para cumprir os 2 requisitos impostos a todos os bancos europeus, se situavam nos 114.685 milhões de euros.
- Para os bancos portugueses incluídos no exercício foi detectada uma necessidade de capital *core* Tier 1 de cerca de 6.950 milhões de euros.

Resultados do Exercício Europeu de Reforço de Capitais

Capital core Tier 1



Necessidades de reforço de capital*

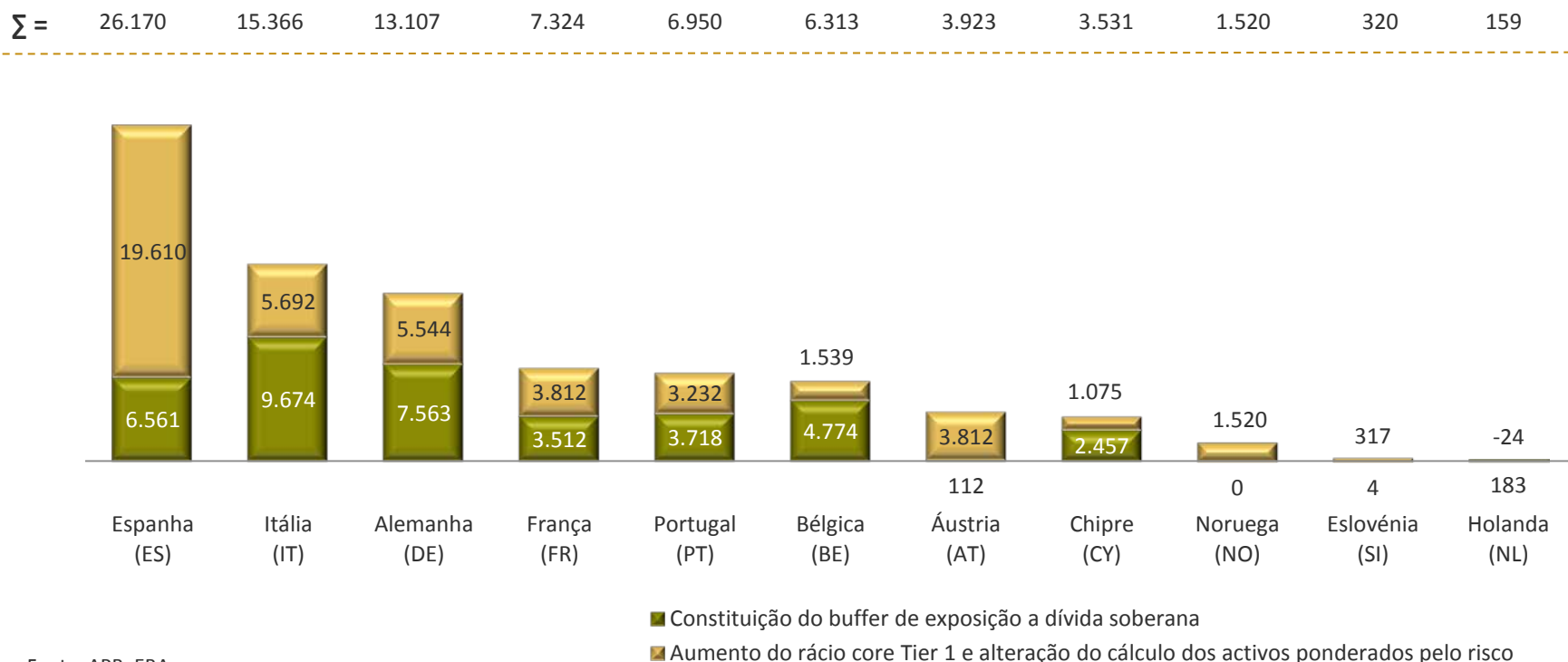


* A 30.09.2011.

Fonte: APB, EBA

Para os bancos portugueses, as necessidades de capital detectadas resultavam tanto da exposição a dívida soberana como do aumento do rácio mínimo exigido.

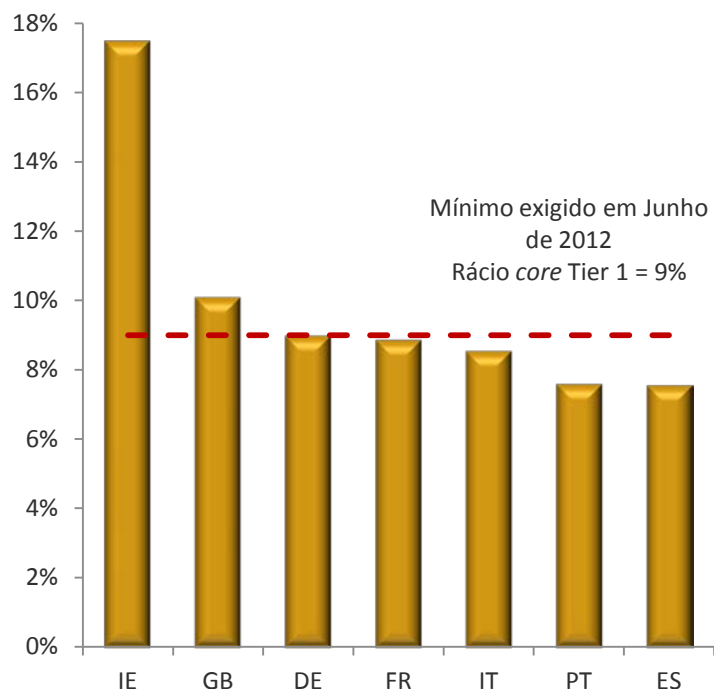
Origem das necessidades adicionais de capital, por país



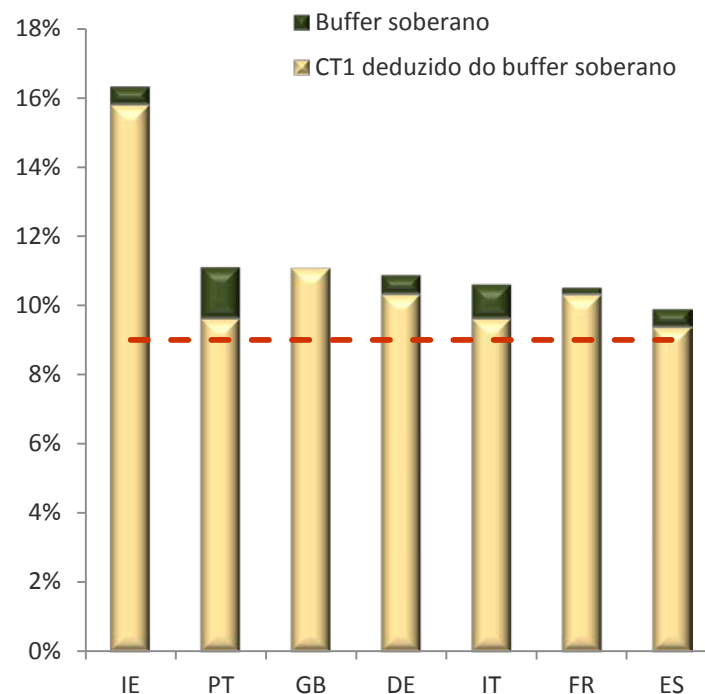
Fonte: APB, EBA

Após o exercício de recapitalização, os níveis de capital dos bancos portugueses aumentaram significativamente, inclusivamente quando comparados com os seus pares Europeus.

Rácio *core* Tier 1 a 30.09.2011



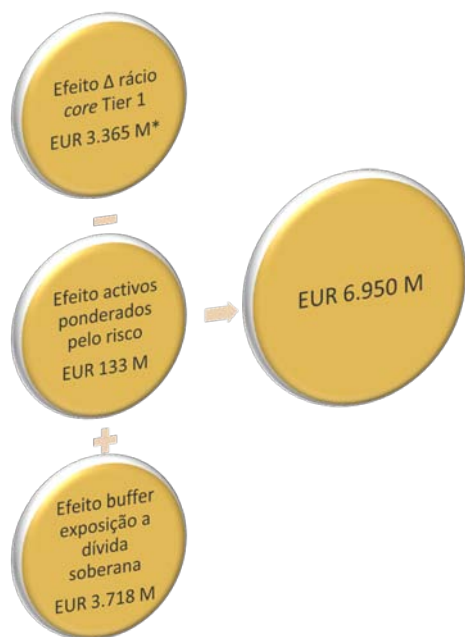
Rácio *core* Tier 1 a 30.06.2012



Fonte: APB, EBA

Os requisitos impostos a nível europeu vieram agravar as necessidades de capital entretanto impostas pelas autoridades nacionais.

Decomposição das necessidades adicionais de capital dos 4 bancos portugueses que participaram na avaliação da EBA (Dezembro 2012)

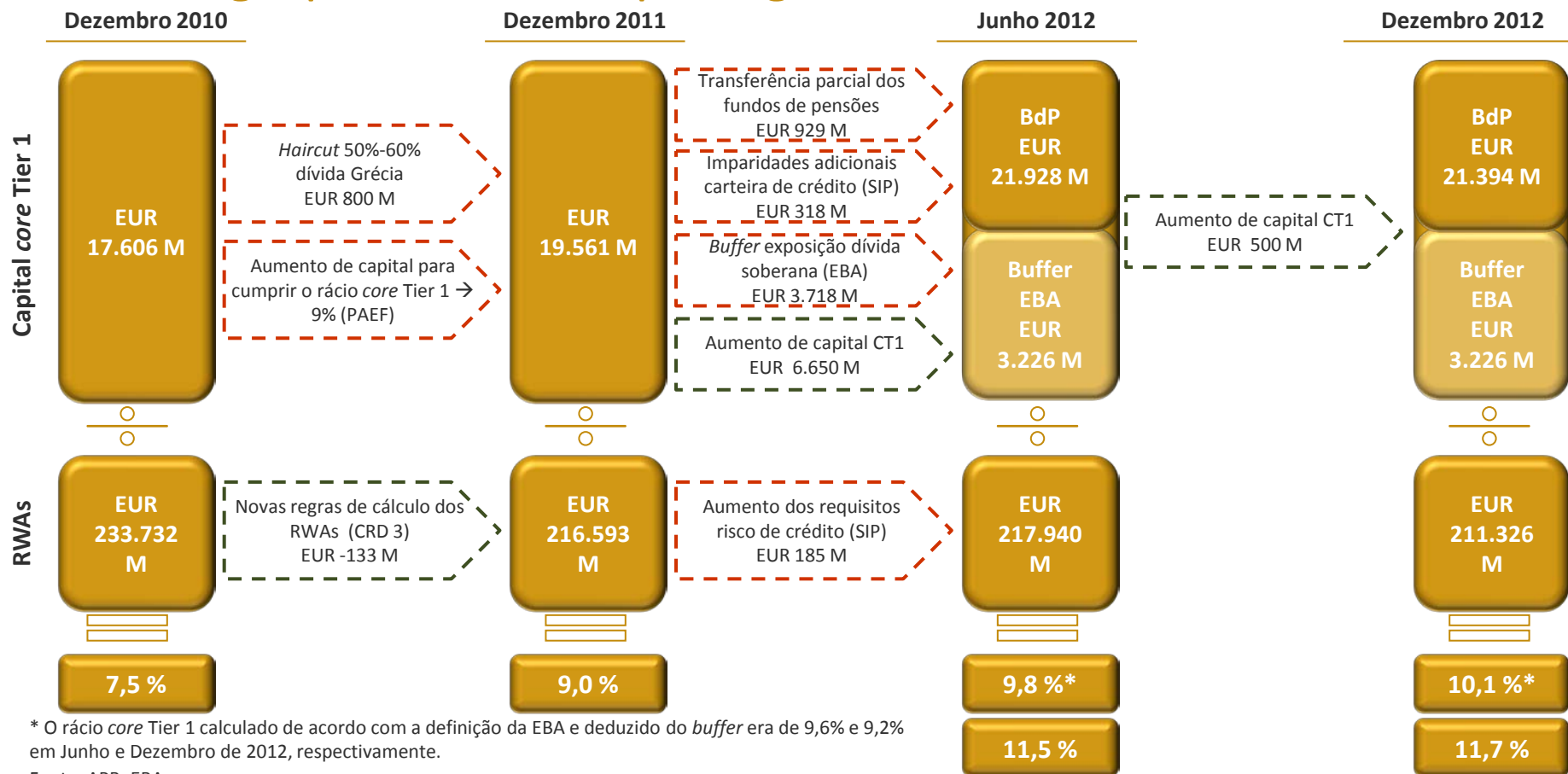


* Não inclui o efeito da redução dos activos ponderados pelo risco.

Fonte: APB, EBA

- A estimativa da Autoridade Bancária Europeia não incluiu os impactos sobre o capital *core* Tier 1 dos eventos que ocorreram em 2011 e que apenas se reflectiram nos níveis de capital para efeitos prudenciais em 2012, nomeadamente as imparidades adicionais da carteira de crédito, as alterações aos requisitos de fundos próprios para risco de crédito, o *haircut* aplicado à dívida grega exigido pelo Banco de Portugal e a transferência do fundo de pensões da banca para a segurança social.
- Desta forma, as necessidades efectivas de capital até Junho de 2012 foram superiores aos valores apurados na altura do Exercício Europeu de Reforço de Capitais.
- Adicionalmente, os bancos portugueses tiveram de cumprir, em Dezembro de 2012, o aumento do rácio *core* Tier 1 de 9% para 10%, o que implicou novas necessidades de capital.

Os requisitos impostos e eventos extraordinários ocorridos recentemente afectaram gravemente os níveis de capital dos 4 maiores grupos bancários portugueses.

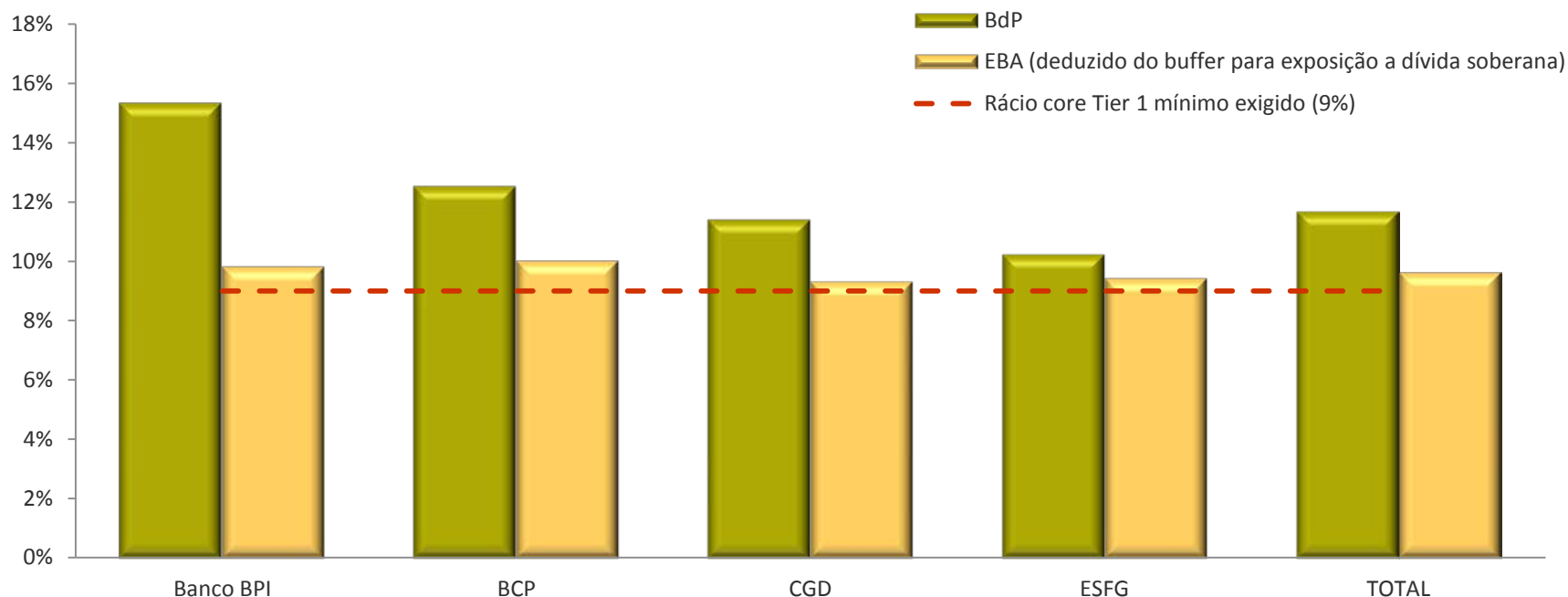


* O rácio core Tier 1 calculado de acordo com a definição da EBA e deduzido do buffer era de 9,6% e 9,2% em Junho e Dezembro de 2012, respectivamente.

Fonte: APB, EBA

Os bancos portugueses conseguiram cumprir todos os requisitos de capital que lhe foram impostos e desta forma fortalecer as suas posições de solvabilidade.

Rácio *core* Tier 1 dos grupos bancários portugueses (em 30.06.2013)



Fonte: APB, EBA

OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

V. Regimes de Recapitalização
Pública e de Concessão de
Garantias Pessoais pelo Estado
a favor das Instituições de
Crédito

Cronologia dos regimes de recapitalização pública e de concessão de garantias pessoais pelo Estado a favor das instituições de crédito

Programa de Assistência Económica e Financeira



Regime de Garantias

Regime aprovado até Dez 2009 €20.000 M	Orçamento alterado €16.000 M	Prorrogação até Jun 2010 Orçamento alterado € 9.150 M		Prorrogação até Dez 2010	Prorrogação até Jun 2011	Prorrogação até Dez 2011 Orçamento alterado € 35.000 M	Prorrogação até Jun 2012	Prorrogação até Dez 2012	Prorrogação até Jun 2013
---	---------------------------------	---	--	--------------------------	--------------------------	--	--------------------------	--------------------------	--------------------------

Regime de Recapitalização

	Regime aprovado até Nov 2009 € 4.000 M		Prorrogação até Jun 2010 Orçamento alterado € 3.000 M*	Prorrogação até Dez 2010	Prorrogação até Jun 2011	Prorrogação 31 Dez 2011 Orçamento alterado € 12.000 M		Prorrogação até Dez 2012	Prorrogação até Dez 2013
--	---	--	--	--------------------------	--------------------------	---	--	--------------------------	--------------------------

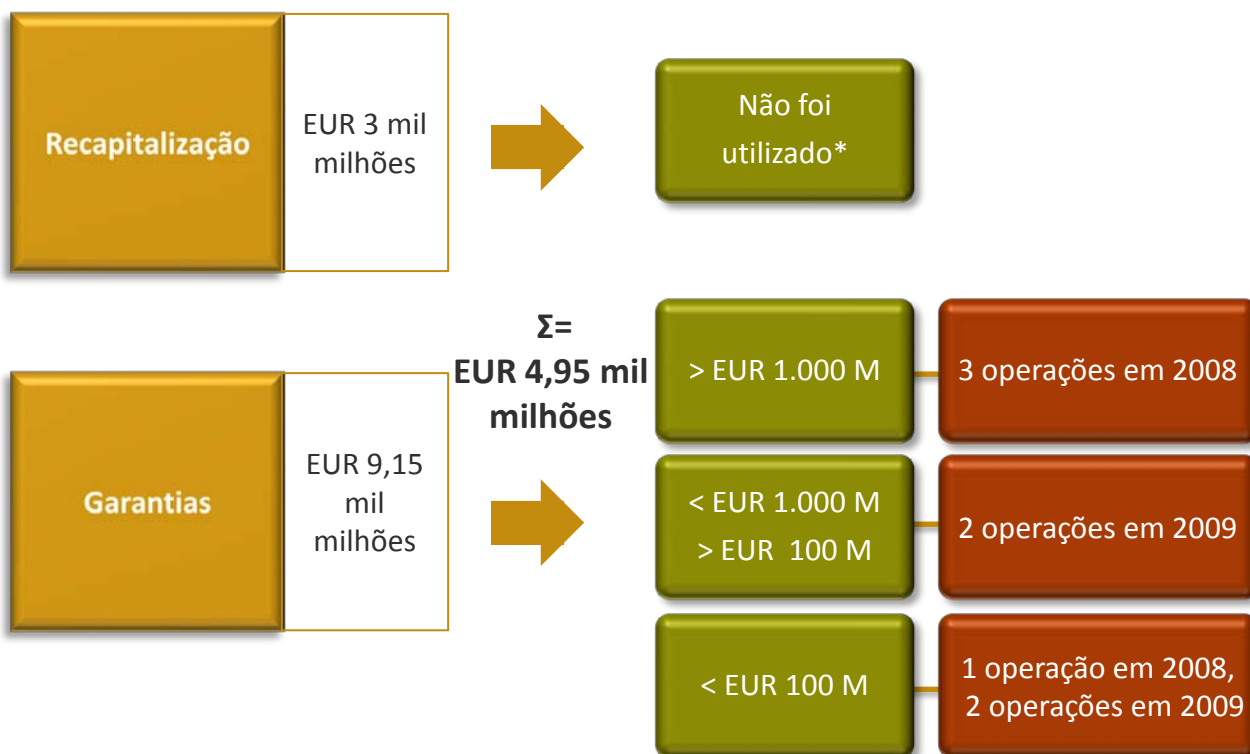
Lei nº 60-A/2008	Lei nº 63-A/2008	Lei nº 3-B/2010				Lei nº 48/2011 Lei nº 4/2012			
------------------	------------------	-----------------	--	--	--	---------------------------------	--	--	--

* A utilização de ambos os regimes não pode exceder EUR 9.150 M.

Fonte: APB, Comissão Europeia – DGCOMP, Direcção Geral do Tesouro e Finanças

Os bancos portugueses ultrapassaram a crise financeira sem apoio estatal em termos de recapitalização...

Regimes de apoio estatal utilizados até fim de Junho de 2011



Até fim de Junho de 2011:

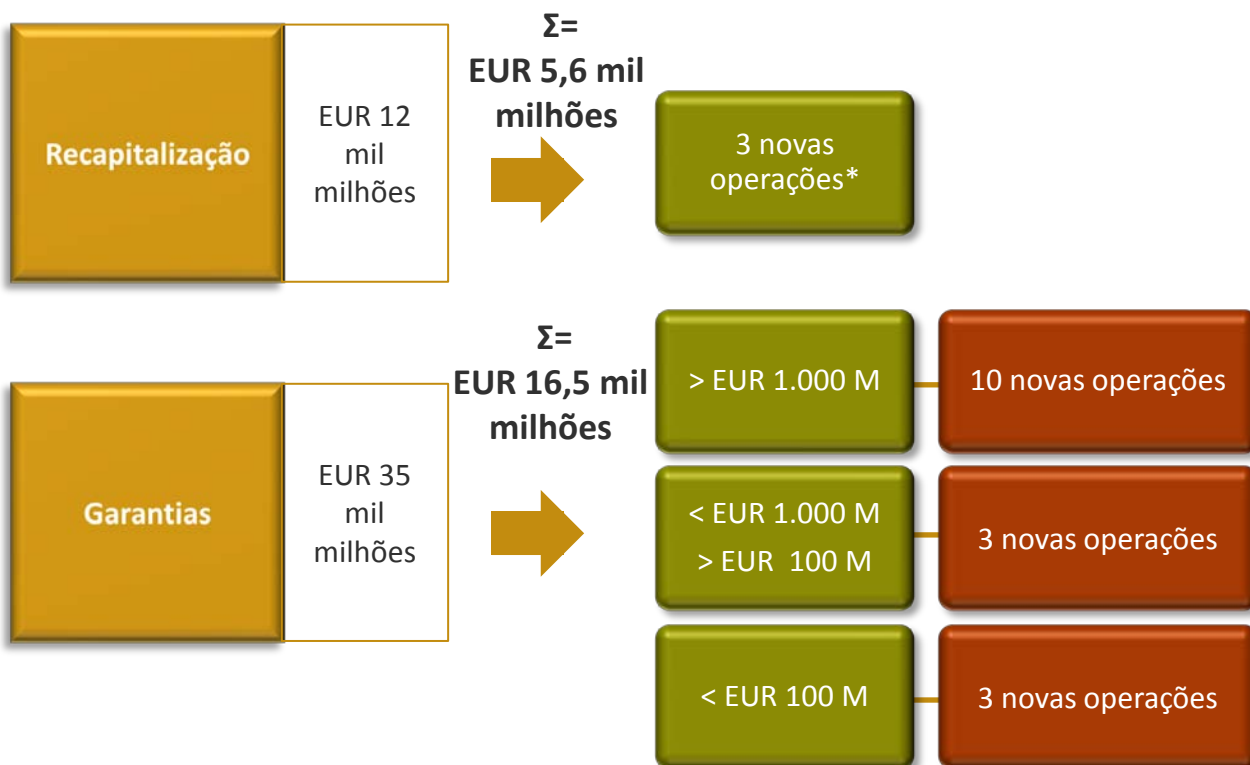
- 6 bancos (incluindo a CGD) tinham utilizado o regime de garantias;
- 2 operações no valor de EUR 75 M tinham sido amortizadas (uma em 2009 e outra em 2010);
- O montante de garantias em vigor totalizava EUR 4.875 M, correspondente a 53% do orçamento existente.

* Não foi utilizado por bancos privados. Em Dezembro de 2010, a CGD aumentou o seu capital em EUR 550 M, dos quais EUR 56 M procederam do orçamento do regime de recapitalização.

Fonte: APB, Comissão Europeia – DGCOMP, Direcção Geral do Tesouro e Finanças

... entretanto, a crise da dívida pública levou ao aumento da utilização de garantias concedidas pelo Estado.

Regimes de apoio estatal utilizados desde Julho de 2011

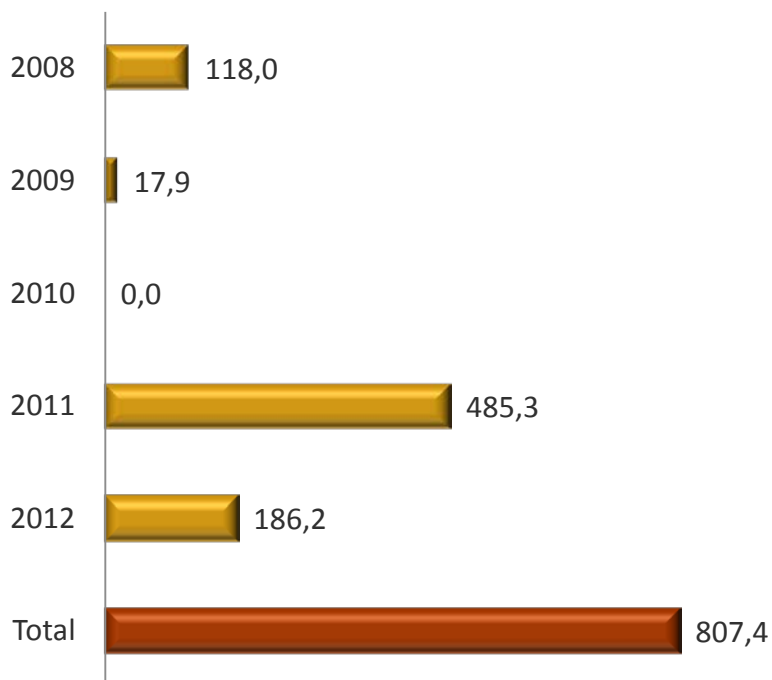


- Desde Julho de 2011:
 - 6 bancos usaram o regime de garantias em novas operações de financiamento;
 - As novas operações ascenderam a EUR 16.525 M, o correspondente a 47,2% do orçamento respectivo.
- No final de Agosto de 2013, os bancos que recorreram ao regime de recapitalização já tinham reembolsado EUR 730 M. O montante utilizado à data era de EUR 4,87 mil milhões.

* Não inclui a recapitalização da CGD, em Junho de 2012, no valor de EUR 1.65 milhões.
Fonte: APB, Comissão Europeia – DGCOMP, Direcção Geral do Tesouro e Finanças

Custo suportado pelas instituições de crédito com comissões de garantia

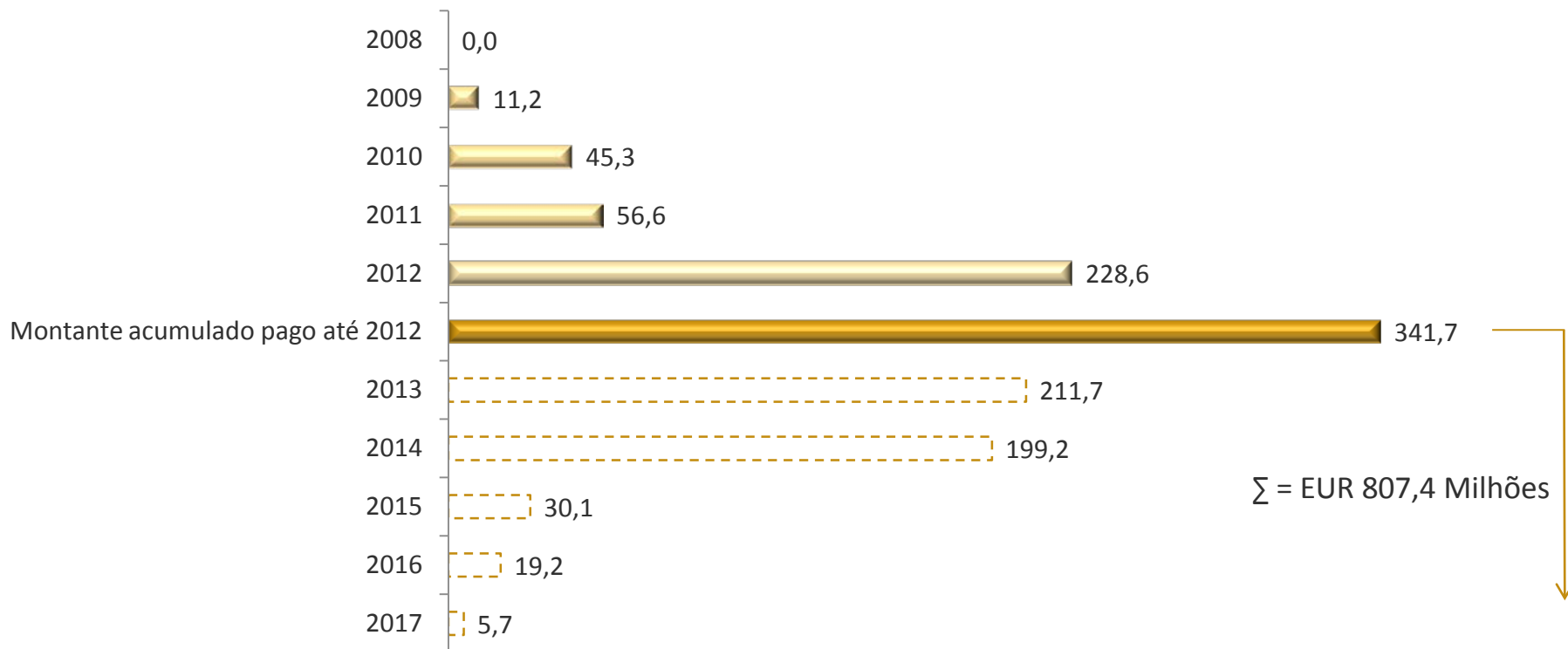
Custo total associado às garantias concedidas em cada ano (Milhões EUR)



- Para o crescimento do custo das comissões contribuiu não só o maior volume de garantias concedidas em 2011, como também o efeito preço proveniente do aumento da taxa média de comissão de garantia sobre as novas operações, em 39 pontos base aproximadamente.

Comissões de garantia pagas e a pagar pelas instituições de crédito

Comissões pagas e a pagar anualmente* (Milhões EUR)



* Estimativas.

Fonte: APB, Direcção Geral do Tesouro e Finanças

OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS